

política operária

número 7

**BRASIL: REAÇÃO
OU REVOLUÇÃO**

**UMA POLÍTICA
OPERÁRIA
PARA O BRASIL**

**O LENINISMO E
AS DIVERGÊNCIAS
SINO-SOVIÉTICAS**

COMPANHEIRO

Nossa revista tem por fim atuar teórica e praticamente na elaboração de uma política operária para o Brasil. Essa política se faz pelo encontro entre a teoria marxista e a experiência de luta da massa trabalhadora do país. Por isso, quanto mais amplo e profundo o debate, mais vigorosa e eficaz será a política operária que nascerá com o surgimento de um partido revolucionário no Brasil, cuja missão há de ser a instauração do socialismo no país. Fruto do estágio a que atingiram as lutas de classe no país, a POLÍTICA OPERÁRIA procura analisar neste número alguns dos aspectos fundamentais da crise nacional, da posição dos grupos políticos e das perspectivas das forças revolucionárias, Revista militante, não se satisfaz em espelhar a situação; preocupa-se principalmente em orientar a luta operária que travamos, à luz da teoria marxista--leninista.

Participe dessa tarefa.

Discuta e divulgue "Política Operária"

BRASIL:

Reação ou Revolução

Já apontamos em várias análises, e mesmo neste número da revista (ver especialmente "Por uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo" e "Uma Política Operária para o Brasil") ser um governo "de autoridade" e antipopular uma necessidade objetiva da burguesia brasileira no presente momento. A raiz dessa necessidade está na própria crise econômica que seu regime gerou e que hoje se aguça.

Não aceitando o "estado de sítio" que Jango propôs a 4 de outubro, a burguesia não quis com isso se descartar de um governo forte. Apenas o homem indicado não lhe parece ser ele, que continua querendo especular com o movimento de massa.

A crise política que já se configura mostra, pois, cada vez mais, a impossibilidade de um governo de conciliação de classes, de um governo que una os interesses da burguesia e do proletariado. O vazio que fica com o esvaziamento acelerado da política janguista coloca claramente em choque dois poderes: a aliança das classes dominantes contra a frente única dos trabalhadores, camponeses, estudantes, sargentos; reação ou revolução.

POLÍTICA OPERÁRIA

E SARGENTOS

Refletindo o aprofundamento da crise nacional, a rebelião dos sargentos aparece como nova força importante dentre as que devem participar do processo de libertação do jugo burguês-latifundiário que domina o país. Deve, assim, ser não apenas saudada e apoiada pelos revolucionários mas também analisada corretamente com vistas à sua justa integração no curso da luta socialista no Brasil.

Fruto do processo de proletarização por que passam os suboficiais, o movimento dos sargentos tendeu rapidamente a chocar-se contra os privilégios de casta no Exército e contra as classes dominantes, que os mantêm para melhor servir-se de seu instrumento de dominação. A orientação dos suboficiais, no caminho da aliança com os trabalhadores e estudantes, demonstra desta forma a incapacidade da burguesia brasileira em solucionar os problemas surgidos em seu próprio aparelho de repressão. Buscando manter os sargentos fora da vida política e sob a estrita disciplina de seus oficiais — dignos de mais confiança, obviamente — a burguesia segue sua política geral para a presente fase de seu desenvolvimento: limitar e enquadrar todo o movimento de massas sob seu controle. Como todo movimento novo, o dos sargentos também mostra os seus problemas de imaturidade política. Basicamente, trata-se de ligá-lo ao movimento operário; não apenas apontar que sua libertação está dependente da libertação do operariado, mas também que a própria luta de libertação terá de ser uma luta conjunta.

Está claro que as classes dominantes procuram rapidamente isolar o foco rebelde no seio das Forças Armadas e desligá-lo do movimento operário. É preciso, para a burguesia, evitar a todo custo a união entre a baixa oficialidade, os soldados e os trabalhadores. Principalmente, a curto prazo, temos a própria luta salarial, que este ano parece ganhar grandes proporções. Nesse momento será preciso usar todo o instrumento de repressão contra as greves, como já fazem prever os agradecimentos comovidos dos patrões e latifundiários à última profissão de fé gorilista do General Peri Beviláqua. Todos os meios têm de ser usados para sufocar o jovem movimento, inclusive o velho argumento da "sagrada unidade no glorioso Exército Nacional".

Todo o esforço deve ser feito pelas forças de esquerda para integrar os sargentos numa política operária. A superação do caráter espontaneista do movimento é dificultada pela inexistência de um poderoso organismo proletário que congregue todas as lutas parciais num processo revolucio-

nário único. Enquanto os reformistas hesitam e fogem à tarefa de enfrentar formas de luta mais radicais, estas continuarão a brotar necessariamente isoladas e por isso necessariamente falhas.

Não dispomos de muito tempo para preencher as lacunas deixadas e executar as tarefas abandonadas. Entre estas está naturalmente a da integração dos soldados e sargentos — que já despertaram politicamente no Brasil — no movimento operário; eles serão uma força inestimável no processo de libertação de todos os trabalhadores do país.

Unir já todas as forças populares para manifestar solidariedade aos sargentos e exigir a libertação dos presos é o que se impõe sem vacilação à Esquerda Revolucionária do país,

QUEM PAGA PELA CRISE ?

Estamos em plena crise econômica. Ela já se faz sentir mais do que nunca, na alta desenfreada do custo de vida, na inflação galopante, no desemprego, na baixa da produção, e na tentativa patronal de conter o aumento correspondente dos salários. Os índices da Conjuntura Econômica prevêem para 1963 uma taxa de aumento da produção de 2,4% para uma taxa de aumento da população da ordem de 3,1%; ou seja, haverá uma diminuição na renda per capita no país.

Esta situação a que agora chegamos, e que as análises anteriores da "Política Operária" já apontavam, denuncia o estrangulamento que a nossa estrutura econômica provoca na capacidade de produção nacional. Incapazes de solucionar as profundas contradições que pesam sobre este regime burguês-latifundiário, as classes dominantes se contentam em descarregar o ônus da crise sobre as classes trabalhadoras. Para isso lançam mão da sua legislação fascista (o decreto 9070!) para decretar ilegais as greves, e lançam mão do Exército, seu aparelho de repressão, e lançam mão de seus ideólogos ("as greves e os aumentos de salário é que causam a carestia"...), enfim, do Estado brasileiro, instrumento de sua ditadura de classe.

Para as revisões salariais que agora se processam a burguesia joga toda a sua força. Sua finalidade econômica básica é hoje retirar parcela considerável do salário operário para pagar pela crise que seu próprio regime gerou e cuja maior vítima é justamente a classe trabalhadora.

Desta forma, a luta contra o aviltamento dos salários apresenta-se claramente como uma luta de classe contra classe, e é assim que deve ser travada. Desmascarando o chamado "plano de estabilização" do governo, impedindo o rebaixamento do salário real, preparando a classe — através da unidade e da luta — para o aprofundamento do processo revolucionário que trará sua emancipação.

Uma política operária para o Brasil

MAURO MARINI

Numa conjuntura econômica marcada pelo esgotamento da expansão industrial, que caracterizara o último decênio, o Plano Trienal representou a tradução dos interesses de classe da burguesia. Seu objetivo fundamental era superar os pontos de estrangulamento surgidos na economia nacional, que impediam o desenvolvimento dessa expansão. Tratava-se, em primeiro lugar, de desafogar o setor cambial, no qual, um esquema impraticável de pagamento da dívida externa, somado à queda progressiva das receitas de exportação, gerava uma crise; a

abertura de novos mercados, a diversificação da pauta de exportações, o reescalonamento dos pagamentos externos eram as medidas a serem, tomadas de imediato. Em segundo lugar, impunha-se a ampliação e exploração racional do mercado interno, obstaculizado pela excessiva concentração da propriedade e da renda, que deixava praticamente fora do circuito monetário a maior parte da população rural e

restringia as possibilidades de consumo das classes menos favorecidas; a par da seleção e orientação dos investimentos, colocava-se aqui a questão da reforma da estrutura agrária, do sistema tributário, da rede bancária etc..

O problema via-se agravado pela impossibilidade de seguir-se utilizando a inflação como instrumento de potencialização do mercado; com efeito, desaparecera a situação favorável no setor das relações externas, que se havia iniciado com a elevação dos preços internacionais de nossos produtos, no início da década de 50, e prosseguira com o afluxo de capitais estrangeiros. Isso impunha a contenção do ritmo inflacionário e ameaçava restringir ainda mais o mercado interno. Em tais condições, somente as referidas medidas de redistribuição da renda impediriam que a política de estabilização monetária acelerasse a queda da produção industrial, já em processo, e conduzisse o país à beira de grave crise econômica.

O que dizem os reformistas.

O fracasso do Plano Trienal é, a esta altura dos acontecimentos, evidente. Os programas de investimentos em setores básicos não es-

tão
m
p
e: tão sendo cumpridos; o estrangulamento do setor externo não foi superado, mantendo-se inalterável o esquema de pagamentos da dívida

externa, frente a uma receita cambial em franco declínio; o ritmo inflacionário não somente continua fora de controle, como ainda acelerou-se, como atestam os índices da alta do custo da vida. Tudo o que o Governo logrou, até agora, foi a contenção relativa das emissões e do crédito, o que obteve, porém, comprimindo ainda mais o consumo das massas, aumentando o desemprego e intensificando a tendência à "baixa da produção industrial, que se fizera sentir desde o ano passado; em outras palavras, negando o *slogan* em que se assentava o Plano Trienal: "estabilidade e desenvolvimento".

A constatação desse fato tem suscitado tentativas de explicação, destacando-se, num extremo, a oposição burguesa, que é levada a atribuir-lhe a responsabilidade exclusiva ao Sr. João Goulart. Entre os órgãos de imprensa que assumem essa atitude incluem-se, não somente os tradicionalmente antijanguistas — como *O Globo* ou *O Estado de São Paulo* — como também jornais que apoiaram o Sr. João Goulart, até certo momento, e, hoje, decepcionados, voltam contra ele suas baterias; é o caso do *Jornal do Brasil*. Trata-se aí, naturalmente, de uma explicação que mal disfarça seus interesses, políticos.

No outro extremo, encontramos os reformistas do PCB, que, pela palavra do Sr. Luís Carlos Prestes, em recente comício no Recife, atribuem o fracasso do Plano à sua atuação e à pressão das

massas. Se a explicação da oposição burguesa é incompleta, a do PCB é profundamente falsa e mal intencionada, de vez que induz a graves erros de apreciação da atual situação política e das relações de força que nela prevalecem.

Constitui, com efeito, uma falácia acreditar que o fracasso do Plano Trienal deve-se ao fato de o Governo haver a ele renunciado, atendendo aos reformistas do PCB. Tal interpretação nos levaria a admitir que o Governador burguês do Sr. João Goulart não está cumprindo o Plano em atenção aos interesses populares sacrificados; isto é, que o Governo burguês do Sr. João Goulart permanece, mal ou bem, vinculado às aspirações da massa trabalhadora e é capaz de frustrar a política econômica que exprime os interesses de classe da burguesia para não incorrer no desagrado daquela. E' ao que chega, afinal, o Sr. Prestes, quando, perante a concentração popular de Recife, lançou-se à defesa dos "aspectos positivos" do atual Governo.

Atribuindo-se um mérito que não tiveram e louvando o governo janguista, os reformistas contribuem para impedir que os trabalhadores tenham uma visão correta do que se passa atualmente no país e compreendam que o fracasso do Plano Trienal se deve, não a um ajustamento do Governo aos interesses do povo, mas, pelo contrário, ao divórcio cada vez mais acentuado entre o que faz o Governo e o que a massa deseja.

A burguesia e o Sr. Goulart.

O que explica, em última análise, que o Plano Trienal, com poucos meses de existência, possa ser

considerado um defunto é a ausência de condições políticas que a burguesia encontrou para sua execução.

Isto se verificou, em parte — e, sob este aspecto, a crescente oposição burguesa não se engana — no plano subjetivo: torna-se cada vez mais claro que o Sr. João Goulart não possui a lucidez, a capacidade e a coragem pessoal necessárias à execução de um programa econômico de longo alcance, suscetível de ferir interesses de grupos poderosos e de acarretar-lhe forte dose de impopularidade. Político afeito às velhas práticas fisiológicas, tradicionalmente estribado no peleguismo e no empreguismo, afeito às concessões e à conciliação, o atual Presidente da República vem realizando o pior governo de que a burguesia já dispôs, e tanto mais decepcionante quanto se segue às brilhantes promessas que o Sr. Jânio Quadros soubera fazer cintilar.

Até mesmo a condição de líder populista, que valeu ao Sr. João Goulart o apoio da burguesia na campanha do plebiscito, vem sofrendo sério desgaste. No Brasil, de hoje, marcado pela consciência

crescente das massas e pelo processo de organização de suas lideranças, já não basta aquele vago paternalismo, aquela simpatia carismática e irresponsável que fizeram a glória de um Getúlio Vargas. A liderança popular está a exigir novos métodos, capazes de traduzir em atos as aspirações cada vez mais voluntárias das classes populares.

Ora, o Sr. João Goulart só representa alguma coisa para a burguesia na medida em que lhe garante o controle ideológico do proletariado. Sua função é a de amortecedor da luta de classes, visto que, para o exercício efetivo do poder, possui a classe dominante quadros muito mais gabaritados, moral e intelectualmente. Compreende-se, pois, que a perda de prestígio do Sr. Goulart junto às forças populares lhe esteja acarretando um desgaste correlativo nas áreas burguesas — o que explica o *rush* para recuperação de sua popularidade, que se viu forçado a realizar, nas últimas semanas, de norte a sul do país.

Um governo "nacionalista e democrático"?

Não reside, porém, aí a causa exclusiva, nem a mais importante do fracasso a que foi levado o Plano Trienal. Esta deve ser buscada nas condições políticas objetivas do país, perante as quais o Plano se oferecia marcado por uma profunda ambigüidade, e, mais do que isso, por contradição insuperável.

Com efeito, na medida em que supunham, para expansão do mercado capitalista, reformas de estrutura — agrária, tributária etc. — que assegurassem uma redistribuição efetiva da renda, os interesses da burguesia chocavam com os das forças a que se aliou tradicionalmente: o latifúndio, expressão da

concentração da propriedade fundiária, e o capital estrangeiro investido no país, que monopoliza e estrangula a economia em setores vitais (energia, por exemplo), além de, com as remessas de lucro, sangrar constantemente nossa magra receita cambial. A contradição era ainda agravada pela necessidade em que se via a burguesia de romper as estruturas vigentes no setor externo, de modo a ampliar seus mercados e diversificar suas exportações.

R Ora, nenhuma classe governa sozinha. Romper sua aliança tradicional com as forças reacionárias do latifúndio e do imperialismo importaria,

para a burguesia, em procurar novos apoios, que só lhe poderiam ser dados pelas classes médias urbanas e pelo proletariado — até que lhe fosse possível, a mais longo prazo, fortalecer as classes médias rurais. Nisso não se enganavam, pois, os reformistas: somente por intermédio de um governo "nacionalista e democrático" teria a burguesia a possibilidade de

fazer voar pelos ares a trama com que o imperialismo e o latifúndio asfixiam o jovem capitalismo brasileiro.

De que condições dispunha, porém, a burguesia para esse fim? É justamente aí que erravam os reformistas, incapazes de avaliar corretamente a atual situação econômica e a correlação de forças que dela decorre.

O problema da radicalização política.

O desaparecimento das condições que sustentavam a política inflacionária, às quais já nos referimos, tornou impraticável a solução "nacionalista e democrática". Uma aliança entre a burguesia e a classe operária, em que esta desempenhe ainda papel subordinado (como preconizam os reformistas), supõe, por parte da burguesia, uma política de concessões, notadamente no plano salarial. Vale dizer que tal aliança seria perfeitamente praticável numa conjuntura de expansão econômica, como a que prevaleceu até 1959, vale dizer, nos quadros de uma situação inflacionária.

Numa única hipótese poderia a burguesia, ainda que enfrentando conjuntura econômica desfavorável, contrair compromisso com a classe operária: no caso em que estivesse segura de deter as rédeas nas mãos, isto é, de tutelar ideológica e materialmente os trabalhadores. Nestas circunstâncias, ser-lhe-ia possível compensar os sacrifícios exigidos à massa com um avanço decidido no caminho das reformas burguesas, de caráter antilatifundiário e nacionalista. (E ainda aqui seria necessário que se tratasse de uma burguesia realmente desvinculada do sistema de exploração colonial imposto

pelo imperialismo, isto é, de uma burguesia a quem fosse efetivamente negada participação real no produto dessa exploração — o que se dá na maioria dos países subdesenvolvidos, de economia muito mais atrasada do que a nossa, mas não se verifica hoje no Brasil.)

De que elementos dispõe, entretanto, a burguesia para avaliar o possível controle que possa exercer, atualmente, sobre a classe operária? A crise de agosto de 1961 e o movimento pela legalidade evidenciaram existir no país uma consciência popular antes ignorada e em franco processo de radicalização. As tomadas de terra e o avanço do movimento revolucionário no campo fizeram surgir, certa ou erradamente, o fantasma de uma revolução agrária imediata no país, notadamente no Nordeste. A dificuldade para manipular o aparelho sindical, nas crises políticas de 1962, mostrou à burguesia que o reinado do peleguismo está chegando ao fim e que são as massas que precisam ser, agora, controladas; o caráter quase incontível que assumiu a greve geral de 5 de julho e as agitações que a acompanharam na Guanabara e no Estado do Rio fizeram tremer toda a classe dominante. O surgimento de um organismo como o CGT, fora dos quadros legais

do Ministério do Trabalho, e suscetível, portanto, de eximir-se de qualquer controle por parte deste, constituiu-se em grave motivo de preocupação. Preocupação que raiou o pânico quando o movimento de sargentos e cabos revelou a radicalização que se operava dentro do próprio Exército, isto é, no suporte fundamental do atual regime de exploração.

Nestas circunstâncias, como se atrevera a burguesia a isolar-se de seus aliados tradicionais, de quem

a separam choques de interesses, mas aos quais se liga pelo compromisso comum no sistema de exploração vigente no país? E, sobretudo, como fazê-lo, num momento em que, para garantir-se o apoio das massas, teria de oferecer-lhes, não simplesmente algumas vantagens econômicas, mas ataques ao regime da propriedade privada latifundiária, suscetíveis de serem usados amanhã como precedentes para sua própria liquidação?

A opção antipovo.

A história destes poucos meses de regime presidencialista é a história do recuo burguês. É a história do acumplicimento ostensivo da burguesia brasileira com o que mais de reacionário existe no país. É a história de sua traição aos compromissos assumidos com as classes populares na campanha do plebiscito.

Entre as reformas de base, que a cortariam da reação, e a política de estabilização monetária, que lhe garantiria por mais tempo a obtenção de altos lucros, a burguesia preferiu a última. Guiada por um governo corrupto e incompetente, e unida aos grupos parasitários do latifúndio e do imperialismo, descarregou sobre os trabalhadores o ônus da depressão econômica que sua imprevidência permitiu. E se viu, subitamente, privada de qualquer perspectiva política.

Porque é evidente que, praticada como está sendo, sem nenhuma visão programática, a política de estabilização monetária é um beco sem saída. Como enfrentar, com efeito, o movimento de reivindicações salariais deste segundo semestre, quando termina, normalmente,

a maioria dos contratos de trabalho, se a aceleração da alta do custo da vida não pôde ser contida? O Governo começa a falar em subvencionar os produtos de primeira necessidade. Mas se trata de uma escamoteação: não são os produtos que se quer subvencionar, mas os produtores. É o caso de perguntar se as subvenções, até aqui distribuídas à larga, à imprensa, à aviação comercial, aos moageiros, e tantos outros, fizeram baixar o preço dos jornais, do transporte aéreo, do pão, ou se ao menos o estabilizaram. E quem vai financiar, em última análise, essas subvenções, senão a massa contribuinte, o povo?

Havendo optado contra o povo, ao preferir, na política geral do Plano Trienal, a estabilização monetária às reformas de base, a burguesia teme o futuro. É por isso que a imprensa burguesa, atacando de frente o governo do Sr. João Goulart, volta a clamar por um governo de "autoridade". Autoridade, isto é: repressão. Seu compromisso, cada vez mais estreito, com os setores reacionários leva-a a recear o potencial de descontentamento, de revolta, que se acumula nas massas.

Político inescrupuloso e mesquinho, mas inegavelmente sensível, o Sr. João Goulart percebe a direção do vento. E é por isso que procura reconquistar a liderança populista que perdeu. Suas chances para fazer com que a burguesia o aceite, como cabeça de uma eventual ditadura bonapartista, residem exclusivamente nas condições que oferecer como líder de massas. Precisa, para isso, afastar as forças políticas e lideranças populares que se interpõem entre ele e o povo. O que tentou, não faz muito, no comício do Largo do Machado, volta a tentar agora, com a mesma fraseologia pseudo-radical de outras campanhas. Sabe que, sem o controle das massas, suas perspectivas como

carreirista político são nulas. Pois esta burguesia, que lhe resiste hoje, cederá às suas pretensões, se ele tiver atrás de si o consentimento popular.

Porque a burguesia não ignora que não vencerá a crise que atravessa há dois anos sem o respaldo, ou, ao menos, a apatia das massas trabalhadoras. Sem dúvida, o bonapartismo janguista não a atrai, neste momento. Sobretudo quando a proximidade das eleições de 65 lhe dá a esperança de encontrar alguém mais capaz de defender seus interesses. Irá ao golpe, porém, se a luta de classes seguir agravando--se e na medida em que o Sr. João Goulart lhe oferecer as garantias mínimas de contenção do proletariado.

A esquerda e as massas

Entre o golpe e as eleições, a massa trabalhadora constitui-se na força decisiva de que depende a orientação de toda a política nacional. Desta realidade, somente não tomou consciência a esquerda reformista, que continua atrelada a esquemas de composição e a métodos de luta totalmente ultrapassados. Não compreende que joga, neste momento, uma grande cartada. Se, ante os olhos das classes trabalhadoras, mantiver o menor compromisso que seja com o atual Governo, estará destruindo todas as condições de liderança de que hoje dispõe. É necessário não esquecer que o Sr. João Goulart chegou ao poder com o apoio da esquerda e que constituiu o primeiro governo trabalhista a instalar-se no país. Para as massas, é difícil distinguir entre o trabalhismo pequeno-burguês e a esquerda. Este governo de traições e de opressão, ao qual o Sr. Luís Carlos Prestes empresta a solidariedade do PCB, declarando-se, em

Recife, seu aliado, aparece, pois, para as massas, senão como um governo de esquerda, pelo menos como aquele governo que a esquerda é capaz de dar ao país.

É inevitável, pois, que a decepção que o governo está causando, e que deverá agravar-se ainda muito mais, venha a refletir-se diretamente sobre a esquerda. Se, amanhã, esse povo traído e explorado vier a se passar para qualquer Lacerda que lhe apareça com uma pretensa fórmula de salvação nacional, sobre quem recairá a responsabilidade, senão sobre a esquerda?

Em 1960, Jânio Quadros empolgou o pleito eleitoral em circunstâncias semelhantes. Seu grande esteio foi a classe média, para quem o *slogan* "mudar para salvar" parecia a única saída possível, dentro

do processo de proletarização a que era submetida. Essa mesma classe média, ainda ontem tão aberta à

pregação esquerdista, que já começa a cerrar fileiras em torno de Lacerda.

O porquê de uma política operária.

O problema que se coloca, pois, neste momento, para a esquerda, é o de se fazer sentir como força independente no país. É o de marcar a distância que a separa do governo burguês do Sr. João Goulart, e oferecer às massas uma perspectiva própria. Trata-se, fundamentalmente, de denunciar as falsas soluções burguesas que se pretendem impingir para as dificuldades atuais, e rasgar para as classes trabalhadoras a perspectiva de uma política operária independente. Os problemas do custo de vida, da liquidação da opressão latifundiária, da luta anti-imperialista têm de ser enfrentados a partir do ponto de vista da classe operária. Somente assim terá a esquerda possibilidade

de barrar as manobras com que tentam envolver a classe operária, de um lado os políticos populistas burgueses, como João Goulart ou Juscelino Kubitschek, de outro os porta vozes da reação latifundiária e imperialista, como o Sr. Carlos Lacerda.

Há que decidir-se, e agora. Nos quadros de uma frente única de esquerda, que marque posição no movimento de massas e desenvolva uma tática revolucionária, de assalto ao poder latifundiário-burguês, estaremos oferecendo às classes trabalhadoras do país: uma resposta às questões que elas começam dolorosamente a colocar. E estaremos abrindo o caminho para a revolução socialista no Brasil.

O Sindicato na Vida Política do País

EDER SÍMÃO SADER

A luta hoje travada pela constituição da Central Geral dos Trabalhadores põe na ordem do dia o problema do papel político do sindicato na vida do país.

Os últimos anos assistiram a uma participação decisiva do movimento sindical na arena das lutas nacionais. E é de tal forma irreversível o amadurecimento político do movimento operário que o estado-maior dos nossos velhos pelêgos já resolveu abandonar a máscara do "apoliticismo" e aparecer claramente como aliado da UDN, ADP, Herbert Levy, etc., como guardião da propriedade burguesa e seu domínio político. É assim que o sr. Normanton ou o sr. Magaldi não falam mais em ficar "à margem da luta política", mas, ao contrário, aderem francamente à pregação laicista.

E' que estamos na fase crucial do aparecimento da consciência própria do proletariado, que nasce libertando-se das mistificações que a burguesia lhe impregna.

Mas, e a atuação da esquerda? Qual tem sido o seu papel nesse processo? Tem ela cumprido a sua, tarefa de lutar pela libertação do proletariado da tutela burguesa, preparando a hegemonia deste nas lutas políticas em que participa?

Cabe-nos verificar o papel do sindicato, na sociedade, como ele aparece no Brasil, se liga à luta política; como depois a burguesia passa a controlá-lo; finalmente como o próprio desenvolvimento da classe mina as bases desse domínio, criando as condições para superá-lo. Com isto poderemos traçar as tarefas que hoje cabem à vanguarda operária.

Surgimento e função do sindicato.

O sindicato surge na sociedade burguesa como fruto natural da exploração do trabalho assalariado. E' assim que nós vemos, já no século passado, explodirem as primeiras e violentas greves. Eram movimentos espontâneos, dispersos, faltos de organização. A continuidade dessa luta fará germinar, no proletariado nascente, a consciência da necessidade de organização. De explosões isoladas, os movimentos reivindicativos irão aglutinando e solidarizando cada vez mais vastas camadas do proletariado. Os problemas de organização e orien-

tação da luta reunirão os operários nas primeiras associações sindicais. Surge, pois, o sindicato, no longo processo de organização e consciência que as lutas operárias engendram.

O sindicalismo que se desenvolve no país nos inícios deste século marcado por um grande radicalismo de vanguardas combatentes. Esse caráter pode ser atribuído: a) à ausência de uma legislação trabalhista; b) à atuação de operários europeus criados na grande experiência de luta sindical em seus países de origem; c) a um regime

totalmente discricionário no que se referia ao movimento operário e às liberdades democráticas em geral. A desmesurada exploração do trabalho operário e a inexistência de meios legais de defesa darão, automaticamente, às lutas proletárias um caráter ilegal, fortalecendo a orientação revolucionária anarquista e socialista.

O fortalecimento da burguesia industrial irá lhe indicar a necessidade de mudanças

institucionais no país, que serão introduzidas com a revolução de 1930. Uma dessas mudanças era justamente a que deveria enquadrar as lutas proletárias numa legislação burguesa, tirando-lhes o caráter ilegal, estimulando nelas a submissão ao Estado, "árbitro imparcial entre as classes". Com isto a função do sindicato volta a ser somente a da defesa de melhores condições de trabalho dentro do regime vigente.

A tutela burguesa.

O Ministério do Trabalho, responsável pela Legislação Trabalhista, é o grande instrumento de dominação do sindicato brasileiro. Com a instituição da Legislação — que legalizou várias das reivindicações que custaram muito suor e sangue dos militantes operários — a burguesia consegue afastar a vanguarda sindical revolucionária da grande massa trabalhadora que engrassará o proletariado no incremento da indústria que se dá nesse período.

O Ministério tem o cuidado de, ao lado das reivindicações operárias que aprova, garantir os meios para o controle dos sindicatos. A fundação de um sindicato, sua organização interna, sua distribuição de verbas, sua orientação, tudo poderá ser controlado pelo Ministério. É este quem autoriza ou nega a carta de funcionamento do sindicato.

Desta forma é controlada a luta operária, é eliminado o seu caráter político de classe, são limitadas as

suas reivindicações às possibilidades e interesses da burguesia. Esta faz com que a consciência de classe seja substituída pela "consciência nacional", ou seja, encobre sua exploração sob o rótulo de "sacrifícios para o desenvolvimento da nação". O pelego é produto típico dessa estrutura e instrumento dela. Seu papel é justamente sobrepor aos interesses da classe operária, os interesses ditos da "nação brasileira", ou seja, os da classe dominante. As aspirações e as lutas dos trabalhadores são assim ajeitadas de acordo com as possibilidades da burguesia. Sem esse domínio exercido sobre o aparelho sindical dificilmente o capitalismo brasileiro teria podido desenvolver-se tanto às custas da mais-valia operária.

Hoje esse domínio continua sendo de fundamental importância. A burguesia sabe que o imenso proletariado do país, liberto de sua tutela, derrubará rapidamente o seu sistema de exploração.

O crescimento da classe.

Da instituição do Ministério do Trabalho até hoje muita coisa mu-

dou. Principalmente, a indústria capitalista implantou-se definitiva-

mente no país; a classe operária cresceu e é hoje um peso considerável na população nacional; e, como produto dessa nova situação, aumentaram em número e importância as greves e os movimentos operários.

Com a carestia que provocou, a industrialização foi um estímulo à luta dos trabalhadores. O aguçamento dessa luta, na última década, começou a mostrar a alma podre do sindicato getulista e sua posição ambígua. Se por um lado sua função era representar os interesses dos operários, por outro era conter a classe, permitindo a rápida acumulação de capitais para a burguesia.

O crescimento da classe, sua concentração, sua organização, a experiência de inúmeras lutas, exigiu do sindicato maior aproximação aos interesses proletários (se não o fizesse o proletariado teria de forjar outros instrumentos de luta). Esta maior aproximação coincide com a derrota de vários antigos pe-

legos nos órgãos sindicais e o crescimento da corrente esquerdista. É nesse processo de criação de uma liderança própria que surge o Comando Geral dos Trabalhadores.

Mas é impossível, mantendo a estrutura sindical atual, eliminar apenas o seu "lado mau", o seu "lado pelego". Porque o peleguismo sindical é um produto da própria estrutura sindical, dos vários tentáculos com que o polvo governista prende as direções sindicais. Não é por acaso que muitos líderes conhecidos por "esquerdistas" e outrora autênticos combatentes da classe acomodam-se hoje com as "delícias do regime" fornecidas por cargos nos Institutos de Previdência e coisas do tipo.

O que se coloca, portanto, hoje, para que a classe operária possa levar adiante sua luta contra a exploração capitalista, é a necessidade de libertar-se da dominação do Ministério do Trabalho.

O CGT e a liberdade sindical.

Dissemos que o CGT se insere no processo de constituição de uma liderança operária própria e independente da burguesia. Mas ele ainda não representa uma liderança operária independente da burguesia. Para isso não basta começar a apresentar reivindicações propriamente proletárias. Para isso é preciso desmascarar a farsa de "reformas" governistas, para isso é preciso abandonar os comícios de prestígio a Jango — que só servem para iludir a classe e comprometer o CGT com a política antipopular do governo —, para isso é preciso abandonar os rodeios; em volta dos IAPs e do Ministério — que só servem para

desmoralizar as lideranças sindicais.

Chegou a hora em que o CGT tem de fazer a escolha: ou fica com o apoio do governo ou com o apoio das largas camadas do proletariado que são jogados na luta contra a política de aviltamento de seus salários. Se permanecer com apoios abertos ou velados, prestígios e compromissos com o governo, terá ainda certa margem de cobertura oficial. Mas uma cobertura que exige exatamente o fortalecimento da burguesia e que desaparece assim que o movimento escapa de seu controle e ganha um caráter proletário independente.

Se, ao contrário, procurar o apoio de Riapara a hegemonia do processo. grande massa operária, através de sindicalização em massa, através de apelos ao seu instinto de classe e não em nome de abstratos "interesses nacionais", através de uma política operária independente, então, sim, comando dos trabalhadores estará criando condições para libertar o sindicato da tutela burguesa e para encaminhar o proletariado

Lutar pelo direito de constituição da Central Geral dos Trabalhadores e pela liberdade do sindicato frente ao Ministério, no campo sindical; lutar contra a política econômica antipopular do governo, no campo polipolítico: estas são as premissas básicas para uma política autenticamente operária pelos sindicatos.

LEIA

"O CAMIINHO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA"

de **MONIZ BANDEIRA**

UMA ANÁLISE EM PROFUNDIDADE
DA CRISE BRASILEIRA

UMA VISÃO LÚCIDA DO
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DO
PAÍS, À LUZ DA TEORIA MARXISTA

À venda nas livrarias

POR UMA FRENTE DE TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

Euríco MENDES

Uma coisa a "campanha pelas reformas de base" do sr. João Goulart deixou bem clara: quando parte da burguesia deseja reformar a sua sociedade, ela tem de procurar o apoio da classe operária. Não procura meramente o "povo", aquela massa amorfa onde as fronteiras de classe não se delinearam ainda e que ela prefere, em princípio, pois é mais fácil de manobrar. Ela chamou mesmo O proletariado industrial, que surgiu nos comícios monstros em colunas por empresas, indústrias e sindicatos. Trata-se da classe social do País que dispõe de um mínimo de organização e de consciência para poder ser mobilizada contra as forças mais sinistras da reação.

É verdade que essa mobilização ainda se deu sob uma bandeira passada e estranha, a do getulismo, mas o conteúdo que as manifestações tomaram, deixaram claro que não foi a memória do fundador do Estado Novo que uniu as massas operárias em praça pública, mas sim as suas reivindicações atuais, que vão muito mais longe do que as pálidas e insinceras "reformas de base" prometidas.

Esse é outro aspecto que os comícios convocados pelo sr. João Goulart revelaram: as aspirações

de reviver um movimento trabalhista em moldes estadonovistas estão condenados a fracasso, de antemão. No quarto de século que nos separa da fundação do Estado Novo formou-se um proletariado que não mais aceita uma política paternalista, tipo Vargas. Não foi somente a burguesia que cresceu. A classe operária tornou-se o outro pólo da sociedade brasileira.

Significa isso que o proletariado não corre mais o perigo de tornar-se massa de manobra das classes dominantes ou de uma facção delas? Seria precipitação afirmar isso. Esse perigo — a prática o demonstra — certamente existe. As condições, todavia, são completamente diferentes. Em 1937 as forças bonapartistas, representadas pelo Presidente da República, podiam apelar diretamente para o proletariado e, inclusive, lançar essa geração nova de operários contra as esquerdas políticas e sindicais. Hoje as mesmas forças sociais só poderão mobilizar o proletariado, se elas contarem com o apoio, pelo menos tácito, das forças de esquerdas, no sentido mais amplo, como estão representadas no CGT, na UNE e nos organismos de massa. São essas as forças que movimentam a parte organizada do proletariado, a parte que fala nas

atuais circunstâncias pela classe inteira.

Esse perigo se manifesta justamente no presente momento, em que novamente forças bonapartistas estão na ofensiva e ainda estão à procura dos métodos mais adequados para usar as massas trabalhadoras para os seus fins.

A NOVA AMEAÇA DA DITADURA

Que representam essas forças que ameaçam novamente o país com uma ditadura aberta?

As classes dominantes estão divididas. De um lado, temos a burguesia industrial, que tanto deve a Getúlio, que cresceu com Juscelino e que depois se entregou à fracassada experiência de Jânio. Hoje ela exige reformas políticas e sociais para sair da situação econômica e financeira desesperada, para afastar os obstáculos internos à sua futura expansão e para afastar o espectro da revolução que paira latentemente sobre a nossa sociedade subdesenvolvida. Seu ideal é uma sociedade burguesa nos padrões dos países industriais altamente desenvolvidos, que ofereça margem de lucros e uma estabilidade econômica e social. O obstáculo que ela enfrenta é a situação anacrônica no campo e condições desvantajosas no mercado mundial.

Do lado oposto, na coligação das classes dominantes, encontramos o latifúndio tradicional, ligado ao capital comercial e bancário e a toda uma escala de intermediários, que exploram o campo e estão interessados na conservação do *status-quo*. Seu ideal — na medida que essa facção raciocina nesses termos — seria um regime conservador, sustentado pela força, como se

realiza atualmente na Península Ibérica.

Os dois expoentes das duas facções, em virtude da posição real que tomam na política nacional, são Goulart e Lacerda. Goulart, por ter-se tornado, independente das razões, porta-voz das reformas. Lacerda, porque reúne em torno de si as forças conservadoras do país. Ambas as facções colaboram com o imperialismo, procurando a benção oficial do Departamento de Estado para seus fins políticos. Goulart concorda com a compra das concessionárias americanas e apela para o programa reformador-burguês da "Aliança para o Progresso". Lacerda apela simplesmente para os instintos anticomunistas do capital norte-americano e destaca as finalidades abertamente contra-revolucionárias da "Aliança". Ambas as facções se preparam para disputar o poder, romper o equilíbrio de forças dentro da coligação das classes dominante e reunificá-las sob o seu domínio.

Visto a longo prazo, Lacerda está na ofensiva. Sua influência cresceu continuamente, desde os dias de agosto de 1961, quando o seu reino parecia estar no fim. Os recursos materiais que obteve da renda do Estado, o auxílio político interno e externo permitiram-lhe satisfazer necessidades da burguesia do Estado da Guanabara. Em escala nacional, ele se tornou hoje porta-voz dos "coronéis" do campo, minando eficientemente as bases eleitorais dos partidos do Centro, como o PSD, sendo considerado na pior das hipóteses uma espécie de "reserva" pela grande indústria e o comércio, para o caso de a experiência reformista falhar ou tornar-se perigosa demais para as classes dominantes.

No presente momento, Jango ainda está numa situação mais vantajosa, que lhe permite tomar iniciativa na disputa. Está com o poder federal na mão e isso é um fato que a burguesia respeita. Ele se consolidou, formando um forte dispositivo militar de sua confiança, que se dirige tanto contra as bases da direita conservadora, como contra os sargentos. Mas sabe que terá de agir, pois o tempo não o favorece. A única solução que êle conhece para enfrentar Lacerda e outros perigos que possam ameaçar o seu regime, é do governo forte, autoritário, que confia no papel tradicional do Exército na política nacional.

Uma coisa as duas facções têm em comum: ambas visam a soluções de força, visam a golpes, visam a restringir os precários direitos democráticos populares. Isso só reflete a situação objetiva da classe dominante, que, em vista da latente crise econômica e financeira, não vê outra saída senão baixar mais ainda o nível de vida das massas trabalhadoras e abafar o seu grito de revolta. Essa situação econômica objetiva determina, independentemente dos métodos recomendados pelas facções antagônicas, o caráter final do golpe. Mesmo iniciado sob um rótulo de esquerda, uma vez consolidado, ele terá de lançar-se contra o movimento operário e camponês e acabará desfraldando a gasta bandeira do anticomunismo.

QUAIS SÃO AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS?

Essa descrição da situação nacional não visa a dar um quadro fatalista do futuro. O que desejamos deixar claro, entretanto, é que a tendência para a ditadura, seja em sua forma bonapartista ou fascista, na

política nacional tem a sua base material na situação objetiva da classe dominante. Essa tendência se imporá cada vez com força maior em toda crise que o país atravesse. O que é que a esquerda pode fazer para impedir que vença definitivamente?

A esquerda, na medida em que é marxista, tem de partir do ponto de vista de que, se a ameaça dos direitos democráticos restantes parte das classes dominantes, somente outro movimento de classe poderá a isso opôr-se com perspectivas de êxito. Já existe hoje na sociedade brasileira essa classe capaz de defender os direitos democráticos: trata-se do proletariado industrial, que, juntamente com os trabalhadores do campo, representam hoje a força política potencialmente mais forte do país. O problema é mobilizá-los para essa luta. Um proletariado urbano, consciente do seu papel e unido pelos objetivos de luta comuns, está em condições de agrupar em torno de si a massa rebelada de camponeses, que começam a despertar para a luta social e política. Uma tal FRENTE ÚNICA: DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO alteraria decisivamente as relações de forças políticas e enfrentará qualquer iniciativa de ditadura aberta das classes dominante.

O que impediu esse movimento de massas até agora? Foi antes de tudo a tradicional política das esquerdas brasileiras, que, em vez de organizar e unificar a classe operária preferiu em nome de uma fictícia "frente única com a burguesia nacional", atrelar parte do proletariado a uma das facções das classes dominantes, deixando a outra parte sob a influência direta de políticos burgueses e populistas. E'

justamente essa política reformista cega que permite a Jango o jogo e as manobras, com as quais ele prepara o golpe bonapartista.

A mobilização do proletariado, porém, só será possível em torno dos seus interesses de classe, isto é de classe explorada. Somente denunciando a política das classes dominantes, de todas as suas facções, da burguesia e do latifúndio, mediante uma luta pela defesa eficiente do nível de vida, isto é, contra a exploração do capitalismo nacional e imperialista, se despertará nas massas operárias a consciência do papel que elas já podem desempenhar nas lutas de classe. Somente um proletariado consciente e organizado como classe lutará eficientemente para a solução do problema agrário e levará os trabalhadores do campo a fazer sentir o seu peso na política nacional.

A Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo só se formará em oposição a todas as facções das classes dominantes. Surgindo como ação defensiva das massas trabalhadoras contra o crescimento da exploração e o agravamento da opressão política, ela, todavia, não poderá ficar no meio do caminho. Organizando as massas da cidade e do campo, isto é, a imensa maioria da população do país, mais dia menos dia, ela terá de colocar o problema do governo, ela quererá deixar de ser oposição. Ela terá de lutar por um governo seu que, embora não seja socialista ainda,

defenda de fato os interesses da maioria do povo e não de uma minoria privilegiada. Um GOVERNO REVOLUCIONÁRIO ,DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO se encarregaria disso, realizando todas essas reformas e pon-do em prática todas essas medidas anti-imperialistas, que os nossos demagogos burgueses prometem nas horas das campanhas eleitorais, mas a que a nossa burguesia não está disposta, nem é capaz de fazer. Trata-se de tarefas burguesas ainda, é verdade, pois esse governo atuará ainda dentro dos quadros de uma sociedade burguesa, mas ele só poderia realizar essas tarefas apoiando-se nas massas e na sua ação revolucionária, nos sindicatos, nos comitês de empresa e de bairros, sindicatos rurais e Ligas e demais órgãos de representação que surjam durante a luta. Tais representações populares teriam de encontrar-se num órgão central e nacional, num Congresso de Operários, Camponeses e de Estudantes, cujas deliberações teriam força de lei.

A ação mais imediata e mais importante de tal governo revolucionário será eliminar as premissas sociais e políticas para golpes reacionários e bonapartistas, que pesam tradicionalmente sobre a política nacional. Mas isso representa igualmente o primeiro passo real para a dissolução da Velha Sociedade — indispensável e inseparável da luta em torno de objetivos socialistas propriamente ditos.

PROBLEMAS DOS TRABALHADORES DO CAMPO

Arnaldo Mourthé

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o centro do poder político passa para os centros urbanos. A burguesia se fortalece cada dia, assume o poder político até então nas mãos dos latifundiários e mercantilistas. Os centros urbanos se desenvolvem com o desenvolvimento da indústria ficando a agropecuária à margem desse desenvolvimento.

De um lado encontramos os centros urbanos usufruindo os frutos da industrialização e de outro lado o campo pré-capitalista, com renda per capita excessivamente baixa, não oferecendo mercado para a indústria, somente podendo comprar uma parcela mínima de sua população.

O capitalismo cria os gigantes urbanos e o campo permanece como antes. Apenas junto aos centros mais industrializados se observa a penetração do capitalismo no campo, trazendo consigo equipamentos mecânicos e novas técnicas.

O campo fornecedor de matérias-primas para a indústria e produtos alimentares assiste à deterioração do valor de seus produtos, oprimido pelo capital industrial, financeira e comercial. A cidade esmaga o campo. A contradição

entre a cidade e o campo se aguça. Todo o ônus da industrialização iniciante pesa sobre os ombros já vergados, pelo peso do latifúndio, dos trabalhadores do campo.

O desenvolvimento capitalista cria, paralelamente ao esmagamento do campo, condições para a tomada de consciência política dos trabalhadores do campo. Esta consciência transforma em qualidade a luta de classes no campo. O problema camponês, que envolve diretamente 50% da população do país, se agrava. Os camponeses reivindicam um lugar na sociedade. Paralelamente, a burguesia necessita resolver seus problemas de mercado e a classe latifundiária reage a qualquer transformação que limite seus privilégios. A classe operária, ganhando consciência crescente, ensaia tomadas de posições políticas.

Este é o quadro em que se insere o problema camponês. Precisamos conhecê-lo para o perfeito conhecimento do problema camponês. Mas antes de tudo precisamos saber como vivem e os problemas que enfrentam os trabalhadores do campo. Sem esse conhecimento não poderemos tomar consciência do problema camponês em sua totalidade.

COMO VIVEM OS TRABALHADORES DO CAMPO

O problema da propriedade.

No censo de 1950 encontramos o seguinte quadro de divisão da propriedade no campo:

<i>Propriedade</i>	<i>Quantidade %</i>	<i>Área %</i>
Até 10 ha.....	34	1,3
10 a 100 há.....	13	32,5
100 a 1.000 ha.....	1,5	31,5
1.000 a 10.000 ha.....	0,08	19,4
Acima de 10.000 ha	51	15,3

Observa-se que 50% da área cultivável pertencem a 1,6% dos proprietários com propriedades acima de 1.000 ha. Apenas este quadro define o domínio da propriedade latifundiária em nosso país.

País exportador de matérias-primas e produtos agropecuários,

encontramos ligada ao latifúndio a monocultura, que coloca o trabalhador do campo em situação de extrema penúria, quase em regime de semi-escravidão (veja-se a situação dos trabalhadores dos canaviais e usinas do Nordeste e Sul do país, nas plantações de cacau da Bahia e nos cafezais do Sul do país).

Relações de produção e classes sociais.

Numa estrutura agrária pré-capitalista tendendo para capitalista, encontramos toda sorte de relações de produções e classes sociais no campo,

intermediárias entre o sistema feudal e o capitalista de produção. No censo de 1940 a população rural do Brasil está aproximadamente assim dividida:

Proprietários e capitalistas rurais	2,7%
Pequenos proprietários	27,2%
Arrendatários, parceiros e colonos	32,0%
Assalariados agrícolas	33,5%

Este quadro que, daquela data para cá, apenas variou sensivelmente junto aos grandes centros industriais, onde cresce o número de assalariados, evidencia a estrutura pré-capitalista no campo.

A exploração a que é submetido o camponês preso a esta estrutura muito se assemelha a sofrida pelos camponeses da Europa às vésperas das revoluções burguesas.

A fome, as doenças e o analfabetismo.

As populações rurais no Brasil estão submetidas a uma situação de fome, quer por falta de calorias indispensáveis à manutenção da vida e ao trabalho, quer pela fome específica (falta de uma ou mais substâncias alimentares necessárias ao funcionamento harmônico do organismo), que diminui bastante sua capacidade de trabalho e torna sua vida média bastante baixa: 30 anos, enquanto populações da Europa vivem em média mais de 50 anos.

Esse estado permanente de carência alimentar e a falta de medidas profiláticas expõe as populações rurais a toda sorte de endemias que lhes consomem as forças que lhes restavam.

Num país com mais de 50% de analfabetos, na sua maioria camponeses, estes vivem à margem da sociedade, não estando a seu alcance os conhecimentos da civilização moderna.

Marginalização econômica, social e política.

Com um salário *médio* aproximadamente igual à metade do salário *mínimo* do trabalhador da cidade (4.500,00 em 1959 para um salário mínimo urbano na mesma data de 9.000,00), o nosso trabalhador agrícola vive em estado permanente de miséria, não sendo seu salário suficiente para alimentar a si e à sua família. Ganhando hoje para comer amanhã, às vezes trabalhando para descontar o "vale do armazém" do fazendeiro, sem garantia no emprego, o trabalhador rural vive sujeito às mais infames imposi-

ções do patrão e na expectativa iminente de fome.

Analfabetos num país onde os analfabetos nem sequer têm direito ao exercício do voto, ainda desorganizados quase inteiramente, vivem os trabalhadores do campo na mais absoluta marginalização política. Submetidos muitas vezes ao "coronel" por sua condição econômica e social, os poucos que exercem o direito do voto o fazem a favor dos candidatos dos latifundiários, com exceção apenas dos locais em que há organizações camponesas.

Êxodo rural.

Oprimido por uma estrutura desumana e espoliadora, o trabalhador do campo é forçado em várias circunstâncias a imigrar para a cidade, onde vai procurar alcançar os benefícios da industrialização, a proteção da legislação trabalhista, o salário mínimo do trabalhador urbano.

Não tendo a especialização que a indústria moderna exige do operário, enfrenta na cidade os maiores problemas, chegando às vezes à mais negra miséria. Sua presença aumenta a oferta de mão de obra não especializada, fazendo cair seu preço, contribuindo também para aumentar o número de desempregados.

PROBLEMA CAMPONÊS, PROBLEMA ATUAL

A luta de classes no campo.

A luta de classes sendo inerente à própria sociedade de classes, ela sempre existiu e sempre existirá enquanto houver a sociedade de classes. No nosso meio rural a luta de classes permaneceu por muito tempo colocada em termos locais e mesmo individuais. As primeiras manifestações coletivas da luta de classes no campo surgiram com os "quilombos", quando os escravos fugitivos se reuniam para lutar contra o senhor.

Somente com o desenvolvimento do capitalismo em nosso país é que se criaram condições para a luta de classes organizada no campo.

Depois da experiência fracassada de sindicalização ilegal, surgiram as ligas camponesas, o primeiro movimento de massas no campo, seguida das associações de trabalhadores agrícolas e agora dos sindicatos já com forma legal.

A luta de classes no campo se mostrou tão radical e já se colocando de início no plano político (luta pela reforma agrária, pelo voto para os analfabetos, liberdade de organização) que modificou por completo o panorama político nacional.

As ligas camponesas, antes de se conseguirem firmar nacionalmente como organização de massas, entraram em crise. Crise normal de movimento de massas que amadureceu para a fase de luta superior, a fase de organização, superando a fase inicial de agitação de problemas, apenas agravada por falta de uma organização revolucionária capaz de conduzi-las neste momento difícil. A liderança pequeno-burguesa que elas possuíam, desorgani-

zada e com uma visão deformada do processo político brasileiro, foi incapaz de conduzi-las nos momentos difíceis, precipitando e agravando a crise com atitudes aventureiras e irresponsáveis.

A experiência das ligas camponesas foi altamente valiosa. Quebrou o tabu das barreiras para a organização camponesa no Brasil e abriu ampla perspectiva revolucionária para as forças, de esquerda. Merece ser estudada com atenção. Sua luta conquistou o apoio dos trabalhadores urbanos e da baixa classe média e agravou a tal ponto a luta de classes no campo que o governo se viu obrigado a criar o Estatuto do Trabalhador Rural (a Consolidação das Leis do Trabalho adaptada às condições do campo), garantindo aos trabalhadores do campo direitos que até então lhe eram negados, inclusive o de sindicalização.

O "estatuto" e o sindicato foram conquistas dos camponeses na sua luta de classe contra os latifundiários e seus aliados. Não devem em hipótese alguma ser encaradas essas conquistas como uma proteção do Governo aos trabalhadores do campo. A burguesia que se acha no poder pretende transformar estas conquistas dos trabalhadores em trunfo político. Em primeiro lugar, mudando a forma da luta política das ligas para a luta econômica nos sindicatos (melhores salários, etc). Em segundo lugar vinculando o movimento camponês ao Ministério do Trabalho e em terceiro lugar tomando a iniciativa na luta contra as organizações e grupos de esquerda que

trabalham junto ao movimento camponês. Pretende a burguesia em suma fazer com o movimento camponês o que fez com o movimento operário. Quebrar-lhe a ofensiva, tomando-lhe a iniciativa e amarrando-o ao Ministério do Trabalho através do peleguismo e do fundo sindical.

Acontece porém que as condições políticas são diferentes da época do getulismo. O operariado urbano já se inicia na luta política organizada e como classe e luta para libertar-se do Ministério do Trabalho. Ao operariado urbano cabe um grande papel junto ao movimento camponês. Este papel é o de unir-se a ele, emprestando-lhe a sua experiência política e consciên-

cia de classe, para juntos criarem as bases das forças populares e revolucionárias do Brasil de hoje.

Mas não basta isso. É necessário que haja uma organização revolucionária que viva os problemas dos trabalhadores, que lute com eles, que aprenda com sua prática e que elabore a estratégia e a tática corretas nas lutas diárias e implacáveis que as classes trabalhadoras têm de manter contra seus inimigos, o latifúndio, o imperialismo, a burguesia e mais todos seus aliados.

Necessário se torna também lutar internamente contra o reformismo que mina o movimento revolucionário e o coloca a reboque da burguesia, detentora do poder do Estado.

A luta pela reforma agrária.

O problema da reforma agrária tornou-se o divisor de águas das correntes políticas no Brasil e o problema fundamental para o movimento camponês. Necessário se torna colocar alguns aspectos, os principais, do problema, para que estejamos atentos a eles, evitando assim o seu encaminhamento fora da perspectiva do movimento revolucionário.

Inicialmente, devemos lembrar que mais de uma classe luta pela reforma agrária e que cada uma delas tem os seus interesses e os interesses de todas não coincidem. Ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade e da baixa classe média, está a burguesia na luta pela reforma agrária. Os interesses da burguesia não podem ser confundidos com os dos trabalhadores. A burguesia vive da exploração dos trabalhadores, portanto no plano estratégico seus interesses são

opostos aos dos trabalhadores. No caso particular da reforma agrária, as classes acima se aliam. Os camponeses para libertar-se da miséria, do latifúndio e conquistar direitos, os operários para quebrar a estrutura pré-capitalista no campo, para desenvolver as forças produtivas da sociedade e baratear o custo de vida na cidade. A burguesia luta por mercados para vencer a crise econômica próxima que já se faz sentir, levar o capitalismo ao campo e quebrar o ímpeto da luta de classes no campo.

Não poderemos aceitar de forma alguma que a liderança da luta pela reforma agrária fique com a burguesia, porque é tirar-lhe todo o caráter revolucionário e popular e transformá-la em instrumento de mistificação. A luta pela reforma agrária deve ter a liderança operário-camponesa. Esta é a única aliança capaz de conduzir a luta pela

reforma agrária em particular e qualquer outra luta popular em geral às suas últimas conseqüências.

O papel das forças revolucionárias neste momento é conquistar a liderança da luta pela reforma agrária em particular e de todas as lutas populares em geral, para a união dos operários e camponeses. Para isso teremos de ganhar a ofensiva com greves políticas, invasões de

terras, pressões de massa, organização de todo o povo e manter uma luta tenaz contra o REFORMISMO e o REBOQUISMO, que estão colocando a classe operária e os trabalhadores em geral a serviço da burguesia, aliada ao imperialismo.

Lutemos ainda pela reforma agrária radical e pelas desapropriações sem indenização.

COMPANHEIRO,

Se você concorda com as posições de "Política Operária";

Se julga necessária a formação de uma Frente da Esquerda Revolucionária, de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, sob orientação de um programa operário para o Brasil;

Se está disposto a dar sua contribuição para essa luta;

então forme, com seus amigos, um

**CÍRCULO DE AMIGOS DA
POLÍTICA OPERÁRIA**

para ler, discutir e contribuir para nossa revista. Estaremos prontos a manter a mais franca discussão.

DOCUMENTOS

Os documentos que apresentamos a seguir refletem em boa medida o desenvolvimento da luta da ORM — POLÍTICA OPERÁRIA.

Trazemos as deliberações do Comitê Nacional sobre as divergências sino-soviéticas; e a Declaração Política que elaboraram os delegados da Política Operária em sua II Conferência Extraordinária.

A Carta Aberta ao Partido Comunista Brasileiro, que agora publicamos, faz parte do nosso empenho em unir as forças populares sob uma frente única revolucionária. Já o documento "Por uma Frente da Esquerda Revolucionária", que foi distribuído no Congresso da UNE e que vem agora acompanhado de nota introdutória, é um produto concreto de dessa política.

A resolução sobre liberdade sindical, aprovada no congresso Nacional dos Bancários, é aqui reproduzida porque ela pode representar para nós uma verdadeira orientação prática para a luta sindical revolucionária.

Finalmente, publicamos o manifesto que a Esquerda Revolucionária — agrupada na Guanabara sob o nome de Comitê de Integração das Esquerdas Revolucionárias — fez circular logo após às articulações governistas para decretação do sítio, na primeira semana de outubro:

RESOLUÇÃO DO COMITÊ NACIONAL

O Comitê Nacional da ORM — Política Operária, tendo em vista que as divergências entre os partidos comunistas da URSS e da China, não são pequenas discrepâncias, mas divergências profundas e de princípios;

Que a luta que se trava é a luta entre os marxistas revolucionários e, os revisionistas reformistas.

Que a Política Operária nasceu da oposição ao reformismo e ao revisionismo, e, portanto já tem posição firmada com relação aos principais pontos sobre os quais se trava, a luta ideológica.

Que em questões fundamentais nossas posições coincidem com as posições do Partido Comunista Chinês, colocadas nos debates sobre as divergências, destacando-se as seguintes questões:

a) que a linha do movimento comunista deve ter como base a teoria revolucionária marxista-leninista e dela não se deve afastar;

a) que a passagem do capitalismo ao socialismo se fará através da revolução, com a implantação da ditadura do proletariado e liquidação dos aparelhos burocráticos e militar da burguesia;

b) que a coexistência pacífica entre nações independentes de sistemas sociais diferentes não pode ser aplicada nas relações entre nações opressoras e oprimidas e muito menos estendida às relações entre as classes exploradas e exploradoras ;

c) que formas como: "Estado de todo o povo", "Partido de todo o povo", "Regime de coexistência pacífica", "Reformas estruturais",

obscrecem o caráter de classe do Estado, tese fundamental da teoria marxista sobre o Estado;

e) que devemos lutar pela independência e igualdade dos partidos comunistas nacionais nas suas relações com outros partidos comunistas ;

f) que o único caminho na luta pela paz é através da luta de classes e que o perigo da guerra só desaparecerá com o fim do imperialismo. (Esta tese marxista-leninista sobre o problema da guerra e da paz, defendida pelo PCC, está sendo deformada pela imprensa burguesa e reformista).

Que as discussões dos fundamentos das divergências levará todos os revolucionários a se aprofundarem nos conhecimentos do marxismo e da experiência histórica da luta operária,

RESOLVE:

1) Afirmar de público nossa posição de apoio ao Partido Comunista da China nas suas divergên-

cias com o Partido Comunista da URSS.

2) Recomendar a todas as bases da Organização o estudo e debate do problema das divergências, o que implica no estudo profundo das principais teses do marxismo e da experiência histórica da luta de classes.

3) Estender, após as discussões internas, o debate para fora da Organização, aproveitando o interesse popular pelo problema para difundir as teses marxistas e elevar a consciência política das massas.

4) **RESSALTAR** o perigo das transplantações mecânicas das experiências e teses de partidos de outros países para o nosso, lembrando que para a aplicação correta do marxismo à luta de classes no nosso país é necessário o conhecimento das condições concretas em que esta luta se trava.

COMITÊ NACIONAL DA O. R. M.

— ***Política Operária***

Belo Horizonte, agosto de 1963.

Declaração Política da II Conferência Extraordinária

da ORM — POLÍTICA OPERÁRIA

1. A vida política brasileira caracteriza-se, neste momento, pelo avanço do processo de radicalização que vem marcando o país nos dois últimos anos. Tal radicalização decorre, fundamentalmente, do esgotamento da fase de expansão capitalista, que forçou a burguesia a apelar para novos métodos de exploração dos trabalhadores, substituindo a política inflacionária pela de estabilização financeira. Para a efetivação desta política antipopular, a burguesia precisou apoiar-se nos setores mais reacionários da sociedade brasileira, representados pelos grupos latifundiários-exportadores e pelo imperialismo.

2. A aliança política que a burguesia contraiu com a reação, a fim de garantir o êxito de sua política financeira, levou-a a renunciar às transformações de estrutura que pretendia introduzir, e que visavam a abrir novas perspectivas para o sistema capitalista no país. A política externa "independente" converteu-se em "slogan" vazio, incapaz de encobrir o servilismo com que o Governo brasileiro obedece ao comando do imperialismo norte-americano. A recomposição com as forças políticas de base latifundiária dissipou a ilusão dos que esperavam desse Governo uma solução para o problema agrário, e o vêem marchar agora para o encaminhamento de medidas conciliatórias, cujo resultado será, não a libertação

dos camponeses, mas o aburguesamento do latifundiário.

3. Apesar dessa política de aliança com o que existe de mais reacionário na sociedade brasileira, o Governo burguês do Sr. João Goulart procura manter o controle das massas trabalhadoras, consciente de que, sem o consentimento destas, não se sustentará muito tempo no poder. Ao esforço desesperado para não perder a liderança do processo de reformas de base, soma o Sr. João Goulart o ataque às organizações direitistas e filo-imperialistas, como o IBAD e o IPÊS, com o que pretende apresentar-se ao povo como defensor do nacionalismo e da democracia. Simultaneamente, reforça o seu dispositivo militar, expurgando-o dos elementos mais radicais que poderiam impeli-lo a tomadas de posição contrárias à política centrista que adotou. Sabe, o Sr. João Goulart que a burguesia não o acompanharia em qualquer aventura que implicasse um rompimento definitivo com a reação fundiária e imperialista, e a colocasse na dependência exclusiva do apoio popular. Seus compromissos de classe com aquelas forças a impedem de fazê-lo. Como também o exemplo próximo e temido da Revolução Cubana. Mais do que tudo, porém, não poderia a burguesia abraçar tal política em virtude da situação econômico-financeira que enfrenta hoje o país.

4. São, com efeito, as condições materiais do Brasil que forçam a burguesia a descarregar sobre as massas o ônus da sua política de sobrevivência de classe, cuja essência consiste na defesa do lucro à custa da desvalorização do salário real dos trabalhadores. Para as massas, tal política importa em desemprego e em rebaixamento do seu padrão de vida. Em consequência, amplia-se a distância que separa as soluções burguesas das soluções operárias, e os trabalhadores experimentam na carne as limitações que o sistema capitalista oferece ao atendimento de suas reivindicações mais vitais.

5. O divórcio que se verifica, no plano político, “entre a burguesia e a classe operária» e que constitui o fator último da fase de radicalização que atravessamos, retira qualquer viabilidade às soluções reformistas que as lideranças tradicionais da esquerda insistem em preconizar. Enquanto os reformistas perseveram no apoio às posições burguesas, a massa operária vê, diariamente, o Governo burguês deslocar o seu centro de gravidade para a direita, ceder às imposições dos especuladores e dos sonegadores de produtos de primeira necessidade, reprimir os movimentos grevistas, concluir os mais vergonhosos acordos com as empresas e os governos imperialistas, negar qualquer possibilidade de melhora para o sofrimento dos trabalhadores do campo. Âcentua-se, portanto, o descrédito nas lideranças reformistas, cuja incapacidade não lhes permite abrir novas perspectivas para a expressão política das aspirações populares.

6. Os movimentos e as recomposições que se verificam na área das forças populares exprimem essa situação.

A radicalização operada nas Forças Armadas rompe a tradição que colocava sargentos e soldados à mercê das preferências políticas de seus generais, e que os excluía de uma intervenção direta na luta entre explorados e exploradores, base objetiva da política nacional. A articulação dos sargentos em torno dos interesses populares abalou o regime latifundiário-burguês no que ele tem de mais vital — a capacidade de reprimir prontamente os movimentos de massa — ao mesmo tempo em que desmascarou os generais que, aparentando uma falsa identificação com esses interesses, nada mais fazem que funcionar como guardas pretorianos da burguesia. A união das lideranças sindicais na CGT, visando aumentar seu peso na vida política, pôs a nu o verdadeiro conteúdo do populismo que pratica o Sr. João Goulart, o qual, tudo fazendo para frustrar a formação da Central Operária e dividir o movimento sindical, deixou claro não estar interessado no fortalecimento da organização operária. O comportamento da Frente de Mobilização Popular, através da qual as lideranças tradicionais da esquerda procuraram adaptar-se às novas condições criadas pela radicalização política, evidenciou que os compromissos que têm com as classes dominantes e seu apego aos velhos métodos de atuação não as habilitam a responder às aspirações atuais da massa trabalhadora.

7. A experiência está mostrando, portanto, a necessidade de colocar em novos termos as lutas políticas no país, a fim de que expressem realmente as relações de classe que hoje prevalecem. São cada vez mais maduras as condições para uma política independente da classe operária. Isto significa trazer ao cenário

nacional uma perspectiva própria do proletariado para a solução dos problemas brasileiros, em contraposição às alternativas burguesas existentes. Os fatos demonstram que tal política não poderá ser levada a cabo pelas lideranças reformistas e que se faz mister o surgimento de novos quadros, diretamente ligados às massas populares. Um fracasso da esquerda, perante esta tarefa deixará as massas desorientadas e descontentes, à mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista.

8. O momento brasileiro reclama um instrumento capaz de mobilizar

os trabalhadores da cidade e do campo e de lançá-los à arena política, com fisionomia própria e peso específico. POLÍTICA OPERÁRIA propõe, para isso, a todas as forças revolucionárias do país, a Frente da Esquerda Revolucionária, O conteúdo desta será dado pela liderança que a classe operária assumirá no processo da luta, agrupando todas as classes exploradas e livrando as batalhas que liquidarão definitivamente a dominação latifundiário-burguesa no Brasil.

São Paulo, julho de 1963.

Já nas livrarias:

REFORMA CONTRA REFORMA

d e

WANDERLEY GUILHERME

CARTA ABERTA

AO P. C. B.

Companheiros:

A situação que atravessamos exige, mais do que nunca, uma tomada de consciência de nossas responsabilidades e de nossos deveres para com a massa trabalhadora do país. Essa situação é, fundamentalmente, uma situação de crise: crise econômica, crise social e crise política. A queda dos índices de investimentos, a redução do ritmo de crescimento do produto industrial, a estagnação da produção agrícola, a diminuição incessante da receita de exportação, a incapacidade para fazer frente aos compromissos externos — estão mostrando que o capitalismo brasileiro está num impasse, incapaz de superar os pontos de estrangulamento que bloqueiam sua expansão. As massas ressentem essa situação através da contenção de seu já exíguo padrão de consumo, e tendo que enfrentar a alta alucinada do custo da vida com salários cujo reajustamento vai-se tornando cada vez mais difícil; somam-se a isso o desemprego, que aumenta nos centros industriais e é uma constante no campo, as dificuldades crescentes de abastecimento nas cidades, as cargas fiscais sempre mais pesadas.

O Governo revela-se incapaz de oferecer uma saída para tais problemas. Alçado ao poder com o apoio popular, o Sr. João Goulart assumiu com as classes trabalhadoras o compromisso de realizar as reformas de estrutura indispensáveis para que o Brasil ingresse em nova fase de prosperidade. Sua

atuação, todavia, tem sido uma traição constante aos interesses do povo. O tema das reformas converteu-se em suas mãos em demagogia, com que procura acobertar o jogo de seus interesses próprios. Simultaneamente, atendendo às conveniências das classes dominantes, leva à prática uma política econômica dita de "estabilização", cujo conteúdo é, por um lado, a contenção das reivindicações salariais e o aumento dos tributos e, por outro, a distribuição farta de subsídios aos grandes grupos econômicos. No mais, é o abandono da política externa dita "independente", a não regulamentação da lei de remessa de lucros, a negociata com a Bond and Share — enfim, a submissão servil aos interesses do imperialismo norte-americano.

Essa política de traição é completada, pelo Sr. João Goulart, com o ataque direto às manifestações de massa. A greve de Santos desencadeou intensa repressão, culminando com a intervenção do Exército para intimidar e fazer recuar os trabalhadores paulistas. Em Brasília, recentemente, estudantes e operários que protestavam contra o aumento das passagens de ônibus foram chacinados pela polícia federal; a polícia foi, depois, com o beneplácito presidencial, substituída pelo Exército, o qual, armado de baionetas e metralhadoras, saiu às ruas para impedir que o povo se manifestasse. No Nordeste, o papel do IV Exército é, tradicionalmente, o de reprimir as ações dos campones-

ses em luta por um pedaço de terra, sendo inúmeras as vezes em que tropas militares invadiram os lares dos trabalhadores do campo, prenderam seus líderes e os expulsaram de suas roças.

Afirmar, portanto, a esta altura dos acontecimentos que a política do Governo é de conciliação já não corresponde mais à realidade. Pois o que caracteriza o governo atual é a traição pura e simples aos compromissos que assumiu para com as classes populares. Sem dúvida, o Sr. João Goulart ainda tenta algumas jogadas para as arquibancadas: ainda vai a Recife dizer às massas que pretende fazer as reformas, en-

quanto se nega a exigir do Congresso sua realização; ainda comparece à Cinelândia com uma fraseologia nacionalista, ao lado dos líderes do CGT — esse mesmo CGT que ele recusa reconhecer e que tenta torpedear através do seu assessor sindical; ainda convoca o povo a manifestar-se nas ruas em pressão sobre o Congresso, enquanto autoriza o Exército a reprimir pela força tais manifestações. Às palavras do Presidente da República são um constante desmentido a seus atos, são deslavadas mentiras com que procura inutilmente ocultar o conteúdo antipopular e entreguista de seu Governo.

* *

Tais constatações não nos devem, porém, levar à indignação moralista e inseqüente de quem ignora que a vida política reflete sempre as condições objetivas sobre as quais ela se exerce. Como marxistas que somos, é necessário que compreendamos que as atitudes do Sr. João Goulart não derivam apenas de sua falta de caráter. Há, na realidade, fatores ponderáveis para' que seja este o comportamento normal a ser assumido por qualquer governo burguês que se insta-

le no país. É esta, de fato, a grande crítica que fazemos aos companheiros do PCB: a de persistirem adotando uma linha política que não corresponde às condições objetivas do país e à correlação de forças que dela decorre; a de continuarem empenhados na luta por um governo nacionalista e democrático, sustentado pelas classes trabalhadoras e pela burguesia nacional, num momento em que não existem quaisquer possibilidades para que tal governo se realize.

* *

Não insistiremos, aqui, na nossa divergência em relação às possibilidades da burguesia nacional para engajar-se em uma política de fundo anti-imperialista e antifeudal. Frisamos sempre que os compromissos da burguesia brasileira com o imperialismo e o latifúndio, decorrentes do próprio processo de sua formação histórica, a incapacitam para isso, enquanto *classe* (o

que não é o caso, evidentemente, de certos grupos ou setores burgueses minoritários). Continuamos sustentando tal impossibilidade, e consideramos serem prova suficiente as confirmações diárias que a política nacional tem trazido à nossa tese. Entretanto, mesmo que os companheiros do PCB insistam em negar essa limitação estrutural da burguesia brasileira, deverão dar-se con-

ta de que causas conjunturais contribuem poderosamente, neste momento, para frustrar qualquer política de aliança entre ela e as classes trabalhadoras.

Atravessamos, com efeito, uma fase em que o esgotamento da inflação, como instrumento de promover o desenvolvimento econômico, coloca a burguesia em posição defensiva. Isto porque, no momento em que o crescimento desmedido da procura monetária já não é capaz de provocar o crescimento da oferta, a situação que se cria é de pânico econômico e financeiro, de alta descontrolada dos preços, de retração dos investimentos. Não há mais de dois caminhos, teoricamente, para superar o problema: forçar o crescimento da oferta, através da intensificação do ritmo de desenvolvimento, ou limitar a procura, por intermédio da política dita de estabilização. Conhecemos já, e sentimos na carne, o conteúdo desta última. Quanto à primeira, é evidente que só se poderia realizar mediante o afastamento dos obstáculos que asfixiam a expansão capitalista no Brasil — isto é, a concentração fundiária e o estrangulamento do comércio exterior imposto pelo imperialismo. Vale dizer que a opção pela primeira alternativa — expansão da oferta — implicaria o rompimento do compromisso que a burguesia mantém com o imperialismo e o latifúndio, e a prática de uma política de aliança com as classes trabalhadoras, sob a forma de um governo nacionalista e democrático. Os companheiros do PCB não se enganavam, pois, quando apontavam à burguesia, como única saída para a crise do sistema, a colaboração com a classe operária. Seu erro está no fato de não se terem preocupado com as condições obje-

tivas que o país oferece para tal aliança. Efetivamente, se o clima de prosperidade que prevaleceu até 1959 dava à burguesia margem para uma política de concessões à classe operária (notadamente no plano salarial); logo compensadas pela própria dinâmica do processo inflacionário, a atual situação econômica força-a, pelo contrário, a adotar uma política de restrição do consumo das massas, ou por outra, de desvalorização do salário real. Nestas circunstâncias, a viabilidade de uma frente única das duas classes torna-se remota. Somente numa hipótese tal frente única seria realizável: no caso em que a burguesia estivesse disposta a sustentar uma luta conseqüente contra as forças latifundiárias e imperialistas, quando lhe seria, então, possível apelar para o espírito de sacrifício das massas em nome da emancipação econômica do Brasil.

Para que pudesse, entretanto, romper seu compromisso com aquelas forças (admitindo-se sempre que estivesse em estado de fazê-lo), a burguesia teria de estar segura de deter o comando da massa. O Governo Jânio Quadros foi uma tentativa neste sentido: uma experiência bonapartista, na qual, através da vinculação carismática das massas a um líder, a classe capitalista pudesse dirigi-las e, se necessário, contê-las. O fracasso dessa tentativa abriu, porém, as comportas para a radicalização popular, trazendo à tona a agitação que lavrava no movimento camponês, precipitando a organização centralizada do aparelho sindical, desencadeando os movimentos de greve, acelerando a conscientização ideológica que fermentava nas massas.

As greves políticas de 62 foram uma advertência para a burguesia.

A partir daí, a radicalização política, que se fazia em benefício exclusivo da esquerda, passou a pender para a direita: a reação organizou-se, Lacerda cresceu, os setores ditos de centro desviaram-se para o anti-reformismo. A alteração da correlação de forças refletiu-se dentro em pouco no plano político: o Governo Goulart tratou de modificar sua base de sustentação, desvinculando-se dos dispositivos militar e sindical em que se havia apoiado até então. A política econômica optou definitivamente pela estabilização pura e simples, convertendo-se as reformas de base em tema para a agitação demagógica.

Para as massas populares, isso representou um agravamento considerável de suas condições de vida. O resultado é a decepção crescente que nelas se constata em relação

**

Diante disso, que nos resta fazer? A resposta é clara: se a esquerda pretende sobreviver, se pretende levar avante sua missão histórica, terá que se desvincular do Governo, terá que renunciar a qualquer veiledade de aliança com a burguesia, terá que partir para uma política revolucionária. O fracasso do reformismo é uma evidência: a polarização ideológica que se produziu no país só deixa alternativa entre reação ou revolução. Perante um governo que se mostra incapaz de realizar as transformações de estrutura que o povo reclama, e uma oposição que as bloqueia abertamente, a esquerda é forçada a tirar para as massas a conseqüência necessá-

ao Governo do Sr. João Goulart. Mas que governo é esse? É o governo para cuja constituição a maior parte da esquerda lutou e ao qual permanece atrelada. É o governo cuja linguagem ainda se veste da fraseologia da esquerda, sem que esta denuncie formalmente a impostura.

Isto quer dizer que, a prazo mais ou menos curto, a decepção que as massas experimentam em relação ao governo do Sr. João Goulart não tardará a voltar-se contra a esquerda. Se este é o governo que a esquerda nos pode dar — dirão as massas — nós nada temos a ver com essa esquerda. Tal reação já se faz sentir na classe média, e em um centro politizado como é a Guanabara. Tal reação poderá ganhar amanhã outros setores populares, em todo o país.

**

ria : a transformação do país só poderá ser obra do povo.

Quer isto dizer que deve a esquerda renunciar aos processos legais de luta e partir, agora, para uma política insurrecional, do tipo da que se pratica na Venezuela? A resposta é negativa. O caráter revolucionário de uma luta não reside na forma que ela assume, mas em seu conteúdo. Nem cabe à esquerda a iniciativa de fechar os caminhos legais à transformação revolucionária do país. Podemos deixar esta tarefa para a burguesia, que a executará, sem dúvida alguma, no momento em que perceber que tal transformação é inevitável.

O grande receio dos companheiros do PCB, sempre que ouvem falar em revolução, é reincidir nos erros que decorrem do Manifesto de Agosto de 1950. Este receio deve-se, em grande parte, a uma análise insuficiente do caráter e das causas desses erros. Embora não caiba aqui o exame aprofundado da questão, devemos indicar pelo menos dois aspectos que nos parecem relevantes.

O primeiro diz respeito à adequação do Manifesto de Agosto às condições reais da sociedade brasileira. É, com efeito, inegável que o Manifesto resultou de uma apreciação incorreta da situação brasileira e mundial da época. Influenciados pelo acirramento das relações entre o bloco capitalista e o mundo socialista, que colocava na ordem do dia a ameaça de uma terceira guerra, os companheiros do PCB não viram os efeitos econômicos que daí decorriam para o Brasil: alta dos preços de nossos produtos de exportação e conseqüente situação de folga para a burguesia, que a capacitava para acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico e atender com relativa largueza às reivindicações operárias. Lançar-se ao ataque ao sistema capitalista, no momento em que tal sistema ofere-

ce certa margem de satisfação aos interesses populares constituía grave equívoco, e tornava insustentável a posição do PCB. Da mesma maneira como é um erro, nesta fase de dificuldades econômicas internas, bater-se pela aliança com a burguesia e, implicitamente, pela manutenção do sistema, renunciando a denunciar a incapacidade deste para resolver os problemas do país.

Um segundo aspecto a ressaltar, com relação ao Manifesto de Agosto, refere-se ao seu sectarismo. Para a maioria dos companheiros do PCB, desde o fracasso da política de 50, revolução passou a significar sectarismo. Não vêem os companheiros que o sectarismo do Manifesto era conseqüência inevitável de sua inadequação à realidade brasileira. Num momento em que a euforia interna e o medo gerado pela ameaça da terceira guerra facilitavam a irradiação da ideologia burguesa junto às massas, o Manifesto de Agosto, pelo seu radicalismo, tendia a isolar as frações mais avançadas do movimento comunista. Isolamento que os comunistas agravaram, ao adotar erradamente uma posição de alheamento diante das crises políticas que sacudiram pouco depois o país (veja-se atitude do PCB em 1954).

*

* * *

Ora, a questão, tal como se coloca hoje, é totalmente diferente. Não somente um programa revolucionário' corresponde à situação econômica que o país atravessa, e na qual a burguesia não dispõe de recursos para fazer concessões aos trabalhadores, como também' tal programa é o único capaz de abrir para as massas uma perspectiva real de melhoria de suas dificulda-

des. O reformista o é, a esta altura, moeda gasta, e se coloca muito aquém das aspirações populares. A decepção que está causando às classes trabalhadoras leva-as a desejar outra alternativa, dentro da qual possam legitimamente esperar por melhores dias. Neste momento, só a direita apresenta uma alternativa bem definida, e não são poucos os que — sobretudo na classe média

— começam a acreditar que isso é melhor do que nada.

Para unir as classes trabalhadoras da cidade e do campo, e atrair para seu lado as camadas médias da sociedade brasileira, a esquerda terá que apresentar-se perante elas com uma mensagem clara, representada por opções distintas das que lhes oferece hoje a burguesia. É em torno de uma tal plataforma, que

**

No número 6 de nossa revista, **POLÍTICA OPERÁRIA** lançou um chamamento para a formação da Frente da Esquerda Revolucionária, e sugeriu uma plataforma de luta, composta de reivindicações capazes de movimentar as massas. Tais reivindicações, como os companheiros do PCB facilmente perceberão, estão longe ainda de revestir aspecto puramente socialista, mas já se definem a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Amadurecida na discussão a sua plataforma, a Frente da Esquerda Revolucionária representará um elemento novo no conjunto das forças políticas e abrirá caminho para a ação independente das massas, inaugurando uma

denuncie os vícios do sistema capitalista e rasgue para as massas uma perspectiva de solução real para seus problemas, que a esquerda terá de descer à arena. Somente assim poderá liderar efetivamente as classes trabalhadoras e forçar a burguesia ou a capitular — o que será uma vitória autêntica da esquerda — ou a lutar — e, neste caso, a burguesia estará lutando contra o povo e selando, pois, a sua sorte.

**

etapa superior no processo político nacional.

Esperamos que os companheiros do PCB se disponham a entabular este diálogo, que visa à unidade do movimento comunista brasileiro com base em uma política de classe, em uma política operária independente. Este será um passo decisivo para a ascensão política da classe operária e para o triunfo do socialismo no Brasil.

Saudações revolucionárias.

10 de setembro de 1963.

Comitê Nacional da
Organização Revolucionária
Marxista

POLÍTICA OPERÁRIA

POR UMA FRENTE DA ESQUERDA REVOLUCIONARIA

O apelo dirigido pela "Política Operária" à formação de uma Frente da Esquerda Revolucionária — publicado no número anterior de nossa revista — vem encontrando acolhida em vários setores do movimento de massa. São, mesmo, as próprias condições de radicalização da luta de classe no país que estimulam a urgente necessidade de reorientação da esquerda.

No movimento estudantil, que sempre foi fértil fonte de elementos revolucionários, isso não poderia deixar de acontecer.

E, de fato, já tivemos, no último Congresso da União Nacional dos Estudantes os germens de uma Frente da Esquerda Revolucionária dentre os universitários brasileiros. Isto se deu através do encontro, durante o Congresso, de elementos da POLOP, PCdoB, independentes, descontentes da AP e descontentes do PCB, que resolveram formar a FER, buscando agrupar todos os elementos realmente revolucionários do movimento estudantil e incentivar sua extensão para o setor operário e camponês: Apoiam eles a chamada "Situação" da UNE, mas pugnam por uma verdadeira frente-única, sem imposições e manobras grupistas — que vem caracterizando o domínio da entidade pela "Ação Popular". Lutam também contra a conciliação e o reformismo que vêm, entravando a participação da vanguarda estudantil no processo revolucionário. O que os uniu foi sua participação comum nas comissões, onde se salientaram por pregar francamente um caminho operário para o Brasil, desmascarando o linguajar fugidio, hesitante e reformista da AP, JUC, e da orientação oficial do PCB.

O documento abaixo, aprovado por representantes do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Guanabara, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, marca, portanto um avanço político e fala por si só de sua importância.

1. Não é mais novidade para o movimento estudantil a constatação de uma crise nacional. As lutas universitárias atestam a falência das instituições vigentes no país. Os encontros universitários procuram apontar caminhos para a sua superação. Só o que não é novidade, só o que na verdade ainda está por ser feito, só o de que ainda não tomou clara consciência o movimento estudantil, é o caráter desta crise e o verdadeiro, papel do estudante nesse contexto. Para a visão precisa desse problema é necessário enfrentarmos, de maneira simples e direta, os seguintes pontos: a) quais as causas da crise nacional; b) que classes sociais podem comandar um processo de superação

dessa crise; c) qual o papel do movimento universitário nesse contexto.

I — A CRISE BRASILEIRA

2. O que caracteriza a crise nacional é o fato de o crescimento das riquezas produtivas não se acompanhar de crescimento no mesmo ritmo no nível de vida da população. Ou seja, a estrutura burguesa-latifundiária em que se processa o desenvolvimento, limita esse desenvolvimento e impede o seu aproveitamento pela grande maioria do nosso povo.

De um lado a exploração da terra provoca uma baixa produção agrícola e carência de alimentos; provoca ainda uma baixíssima capacidade aquisitiva dos trabalhado-

res no campo. De outro lado a exploração industrial acumula riquezas sobre trabalho não pago aos trabalhadores e através do imperialismo, que domina a economia mediante a sangria de capitais que provoca. Temos assim o latifundiário explorando o camponês e impedindo a maior produção agrícola, a grande exploração industrial feita sobre a base da inflação e a carestia; e o imperialismo que suga a maior parte do produto nacional.

3. A análise da situação da grande burguesia brasileira só pode concluir pela impossibilidade de ela mesma resolver os problemas que enfrentamos. Porque ela justamente se sustenta dos males que afligem a população trabalhadora. Porque a origem de seus recursos se localiza na vinda de capitais gerados na exploração latifundiária, na vinda de capitais imperialistas, e na acumulação produzida sobre a mais valia sugada ao operário. Desta situação se segue uma aliança, no plano político, entre a grande burguesia brasileira, o imperialismo e o latifundiário, para manutenção da exploração. Por isso, todo conflito interno no seio das classes dominantes termina invariavelmente por uma conciliação, e outro não é o caráter do atual governo brasileiro.

4. A penetração do imperialismo no país, a exploração agrária e a exploração dos trabalhadores assalariados criam uma força revolucionária conseqüente, uma força que é diretamente prejudicada por esses fatores e que exige sua eliminação radical: são, em primeiro lugar os operários, em segundo os camponeses, e, em terceiro lugar, uma grande camada da classe me-

dia que se proletariza. Por isso, a única forma de impedir que a revolução brasileira se frustre e fazer com que ela siga seu curso até o fim, é lutar contra a tutela que os reformistas exercem sobre as massas trabalhadoras, batendo-se abertamente pela hegemonia do proletariado no processo.

5. Nenhuma luta por transformações sociais pode fugir a um problema: o do papel do governo nessas transformações, o do papel do Estado brasileiro. Os reformistas procuram fazer a luta popular *através* do governo e da luta parlamentar, visando o que chamam de "transição pacífica", a simples modificação parcial do atual poder de dominação, ao invés de sua derrubada. Esses colegas falham ao analisar erradamente o papel da grande burguesia e do Estado. Como já vimos, a grande burguesia industrial está aliada ao imperialismo e ao latifúndio, e o Estado brasileiro é um fruto dessa aliança. Por isso, as reformas de base levantadas pelo governo, são reformas não para modificar o sistema, mas para consolidá-lo. A essa farsa de reformas, o movimento revolucionário verdadeiramente popular deve opor suas soluções próprias.

II — O PAPEL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

6. O movimento estudantil no Brasil tem desempenhado importante papel na vida política do país: de um lado como aliado dos trabalhadores em algumas de suas lutas; de outro fornecendo apreciável número de quadros revolucionários. Mas para que esses dois fatores possam ser mais largamente desenvolvidos é necessário que tenhamos uma compreensão correta do papel do movimento estudantil no processo revolucionário. Inicialmente é

preciso levar em conta que, deixado por si mesmo, o movimento estudantil terá, naturalmente, e na melhor hipótese, um papel reformista. Porque o movimento estudantil não tem entre suas reivindicações próprias, nenhuma que ponha imediatamente em xeque o regime vigente. Esta verdade cristalina tende a ser esquecida, devido à fraseologia revolucionária com que os estudantes costumam cobrir os mais inofensivos dos seus atos.

7. O movimento estudantil se tem descaracterizado de maneira crescente, caindo num eleitoralismo inconseqüente, correndo o perigo de afastar-se da maioria do estudantado, o qual passa a constituir-se em campo de manobra para a habilidade política e os conchavos. Todas às manifestações de oportunismo, das quais a mais impressionante é o verbalismo, através do qual se procura contornar e esconder posições que pareçam demasiado radicais, levam a um desinteresse crescente da massa estudantil pela aplicação dos pronunciamentos de seus líderes.

O verbalismo inconseqüente tira do estudante a capacidade de análise sóbria das deficiências estruturais da nossa sociedade, fazendo com que se aceite a armadilha preparada pela burguesia. Com isto perde-se uma perspectiva de classe para os problemas, o que escamoteia a possibilidade de oferecer uma solução popular para a crise em que se debate o país. Aprofundando-se o oportunismo, chega-se a uma posição reformista, em que se tem receio de romper com a burguesia, por medo de perder as facilidades legais que os nossos capitalistas. ainda têm

condições de oferecer ao movimento político das entidades sindicais e estudantis. Desta maneira o movimento estudantil, não tem acompanhado o processo político, em sua radicalização, tornando-se necessária uma mudança qualitativa em sua estruturação, devendo os elementos de esquerda, atualmente divididos, unirem-se numa frente que lhes possibilite maior acesso à massa operária e camponesa.

8. O movimento estudantil deve saber usar todos os problemas típicos de massa, tais como de moradia, de posse da terra, do acesso ao estudo, das liberdades políticas e trabalhistas, da carestia, para um trabalho de base, voltado aos anseios populares. Como a burguesia não pode solucionar tais problemas, cabe a nós um trabalho constante de politização, no sentido de solucioná-los, colocando-os para a massa como tarefa intermediária de evolução do trabalhador, até podermos colocar em definitivo as tarefas da tomada do poder e da construção do socialismo no Brasil.

III — A UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

9. Para que as forças de esquerda se capacitem a levar os trabalhadores a travar uma política própria pelas transformações revolucionárias do país, é preciso que elas superem a sua dispersão. Uma política própria dos trabalhadores não elimina eventuais alianças e frentes-únicas, mas parte primordialmente dos interesses do proletariado. E o interesse básico do proletariado não é efetivar reformas para consolidar o regime. O interesse básico do proletário é substituir radicalmente este regime de exploração pela nova ordem socialista.

10. As tarefas a que nos propomos exigem preliminarmente uma organização que una as forças revolucionárias e que ganhe a confiança das massas pela sua lucidez, bravura e espírito de luta. É com esse fim que chamamos os colegas

para a constituição da FRENTE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA.

A Secretaria Provisoria da Frente da Esquerda Revolucionária.

COLEÇÃO CADERNOS DO POVO

"Quem são os inimigos do povo?"

Theotônio Jr.

"Quem dará o golpe no Brasil?"

Wanderley Guilherme

"Quem fará a revolução no Brasil?"

Bolívar Costa

À VENDA NAS PRINCIPAIS LIVRARIAS DO PAÍS

Proposta Aprovada Pelo Congresso dos Bancários

Sobre a Liberdade Sindical

O VIII Congresso Nacional de Bancários e Securitários aprovou em plenário a seguinte proposição:

CONSIDERANDO que a atual legislação sindical, inspirada em similar de origem fascista, fere frontalmente os princípios da LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL, permitindo ao Ministério do Trabalho o domínio e controle das entidades sindicais, proporcionando ainda, ao poder econômico, os recursos necessários à prática da arbitrariedade jurídica e de repressão violenta;

CONSIDERANDO que a luta pela extensão dos direitos sindicais é parte integrante das atividades dos Órgãos de classe, estando, inclusive, a Federação Sindical Mundial firmemente empenhada nesse sentido e constituindo-se, ainda, tal luta em importante avanço na conquista das liberdades democráticas e da emancipação nacional;

CONSIDERANDO que a autonomia das entidades sindicais é fator imprescindível ao aprofundamento da luta geral dos trabalhadores das cidades e dos campos, face à desenfreada exploração a que estão submetidos e ao agravamento das condições de vida;

CONSIDERANDO que a libertação das entidades de classe do paternalismo governamental, da tutela do poder econômico e de todas as formas de interferência, virá contribuir decisivamente para a formação de uma classe trabalhadora independente, definida politicamente e com objetivos de luta próprios;

CONSIDERANDO que tal luta, pelo seu próprio caráter e colocada devidamente perante as massas, virá ampliar grandemente a consciência de classe dos trabalhadores, criando, dessa forma, as condições necessárias para colocá-los no seu devido lugar dentro do processo revolucionário;

PROPOMOS que a CONTEC proceda a um aprofundado estudo sobre a questão da Autonomia Sindical, visando a elaboração do anteprojeto de lei a ser submetido ao IV Congresso Sindical Nacional, para posterior encaminhamento ao Parlamento Nacional, estabelecendo, dentre outros pontos, os seguintes:

1) Abolição do Fundo Social Sindical e transferência de todas as arrecadações para os Sindicatos, Federações e Confederações, em proporções a serem fixadas pela futura Confederação Geral dos Trabalhadores.

2) Abolição do controle das verbas sindicais pelo Ministério do Trabalho; passando para a alçada exclusiva das próprias entidades sindicais;

3) Abolição do atual Estatuto-Padrão elaborado pelo Ministério do Trabalho, para conter limitações absurdas impostas pela atual legislação sindical.

4) Abolição da Comissão do Enquadramento Sindical; passando o enquadramento profissional para competência exclusiva da futura Central Sindical.

5) Abolição do poder de reconhecimento, de intervenção e de dis-

solução dos Órgãos Sindicais pelo Ministério do Trabalho, passando tais atribuições para a competência das federações, confederações e da Central Sindical.

6) Abolição de qualquer interferência do Ministério do Trabalho nos processos eleitorais, tais como: designação de mesas coletoras de votos; autorização para o processamento das apurações eleitorais; poder de homologação e anulação das eleições e quaisquer outras formas de interferência do governo nos pleitos sindicais.

7) Regulamentação do Direito de Greve nas bases propostas pelos trabalhadores em seu III Congresso

Nacional Sindical, em 1960, e ratificadas em seus Encontros Nacionais.

8) Alteração do parágrafo 2.º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, visando assegurar o abono de salários, tempo de serviço etc, das faltas eventuais ao serviço cometidas pelos dirigentes sindicais ou do seu afastamento durante o exercício de todo mandato eletivo, assegurado o seu retorno ao emprego na mesma função, acrescido das vantagens obtidas pela mesma categoria no mesmo período.

Salvador (BA), 12 de agosto de 1963.

SOBRE O ESTADO DE SÍTIO

Os que estão no poder querem o Estado de Sítio para evitar a “comoção interna grave”. Segundo eles, algumas das causas que levarão à comoção interna são: “inflação incontida, radicalização das forças políticas, greves que se sucedem, conspiração contra o governo e reflexo desta conjuntura no seio das Forças Armadas”.

Quem usa a inflação para o seu próprio enriquecimento? Os que estão no poder e manejam as finanças do país segundo os seus interesses.

Quem decreta greve e por que o faz? Os que não estão no poder, os operários, que sofrem a inflação devoradora de seus salários e que para não morrerem de fome, usam a sua única arma: a organização e combatividade.

Quem é contra a radicalização das forças políticas? Os que, estando no poder, enriquecem a custo da miséria do povo, ao mesmo tempo em que o mantém iludido. São os que não querem que o povo seja obrigado a se definir politicamente e saiba quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos. Ser contra a radicalização das forças políticas é interesse dos que se mantêm no poder a custa da passividade popular.

A quem interessa o Estado de Sítio e contra quem êle se dirige? Que tipo de “ordem e disciplina” o Estado de Sítio imporá? O Estado de Sítio interessa à burguesia que está com o poder em falência. A situação é crítica: A economia do país está em crise, a produção diminui, o custo de vida aumenta, o racionamento está às portas dos lares. Por outro lado, o povo cansado de esperar lança-se à luta: as greves em defesa dos salários se sucedem, as organizações populares se fortalecem e as próprias Forças Armadas não conseguem mais manterem-se insensíveis às lutas populares: é “desordem” para os que enriqueceram à custa do povo.

Vemos que enquanto o povo se fortalece e toma consciência através de suas lutas, o poder dos grupos dominantes se enfraquece porque nem conseguem controlar as ações populares em franco desenvolvimento nem resolvem os graves problemas que obrigam essas forças a agirem em causa própria.

A fim de iludir às forças populares acenam com intervenção na Guanabara e São Paulo. Lacerda e Adhemar são inimigos do povo e sempre se caracterizaram por serem contra as greves, as organizações populares e as liberdades democráticas. Logo, ser contra Lacerda e Adhemar é também defender as lutas operárias através das greves, da intocabilidade das organizações populares, e o direito de reunião.

E o Estado de Sítio a longo prazo é contra tudo isto. As forças populares só podem ser contra o Estado de Sítio com ou sem intervenção.

CONCLAMAMOS A TODAS AS ORGANIZAÇÕES POPULARES QUE SE UNAM CONTRA O ESTADO DE SÍTIO E A INTERVENÇÃO JÁ QUE ESTA É APENAS UMA PRIMEIRA FASE DOS OBJETIVOS FINAIS DO ESTADO DE SÍTIO: ESMAGAR AS FORÇAS POPULARES.

COMITÉ DE INTEGRAÇÃO DAS ESQUERDAS REVOLUCIONÁRIAS

— CIER —

RESTABELECER OS ENSINAMENTOS DE MARX E LENIN

As divergências sino-soviéticas representam, sem dúvida, o choque mais sério e de maior alcance que o movimento comunista mundial sofreu nos últimos anos. Provocadas por um conflito entre dois países socialistas, as discussões penetraram rapidamente no terreno ideológico, levantando o problema da interpretação do marxismo-leninismo nas lutas de classe em escala global.

As críticas levantadas pelos companheiros chineses à estratégia e à tática do movimento comunista mundial tiveram bastante repercussão para penetrar nas bases dos PCs nos cinco continentes e iniciaram um debate que promete tornar-se um balanço de uma experiência de luta de quase meio século, iniciado pela Revolução Russa, ultrapassando, desse modo, às prováveis intenções dos seus autores.

Por isso mesmo não podemos esquivar-nos, como comunistas brasileiros, de tomar posição. O que está em jogo é também a estratégia e a tática do movimento revolucionário no país e o futuro da revolução socialista brasileira.

* * *

Dissemos que foram contradições entre países socialistas que deram início aos debates. Foram essas que levaram, as discussões ao campo teórico e que obrigaram os comunistas chineses a torná-las públicas.

O ponto capital nos debates é,

sem dúvida, a interpretação soviética da política da "coexistência pacífica". Nos documentos oficiais chegados a nós, os comunistas chineses não rejeitam a "coexistência pacífica" como tal. Eles a admitem nas relações entre países ou grupos de países com sistemas sociais diferentes, como uma "política de paz", destinada a evitar ou adiar uma nova guerra. Suas objeções são a que a coexistência pacífica seja aplicada: 1.º — *entre nações opressoras e oprimidas*; 2.º — *nas relações entre classes antagônicas da mesma nação*.

Em outras palavras, os companheiros chineses afirmam que a "coexistência pacífica" não pode prejudicar «a luta dos povos coloniais, semicoloniais ou subdesenvolvidos contra o imperialismo e, segundo, que não pode prejudicar a luta do proletariado dos países capitalistas pela revolução e pela destruição da sociedade exploradora. É nesse ponto e em nenhum outro secundário (se é lícito chamar o imperialismo de "tigre de papel" ou se uma análise correta requer assinalar que o tigre tem "dentes nucleares" que vemos o problema fundamental e é justamente nesta questão decisiva para o futuro do comunismo mundial que os companheiros chineses contarão com o apoio de todos os verdadeiros leninistas.

Os documentos chineses apresentam uma vasta argumentação teórica, que hoje está bastante divulgada. Mas eles se apoiam também em experiências recentes e ví-

vas, uma das quais merece especial atenção. Nós todos ainda nos lembramos do afamado "Espírito do Campo David", de vida curta. Quando, em consequência do equilíbrio das forças militares dos dois campos, Kruchev, durante a sua visita aos Estados Unidos, conseguiu de Eisenhower uma declaração conjunta de profissão de fé pacifista, esse gesto diplomático foi tomado como ponto de partida para uma linha política. Eisenhower, por ocasião das suas viagens em redor do mundo, foi saudado em nome do "Espírito do Campo David" não só por dirigentes dos PCs francês e italiano, mas igualmente por latino-americanos, que se recusaram a hostilizar o expoente máximo do poderio imperialista norte-americano de então, que se dirigiam a ele em termos de "coexistência" e de "paz". Mais tarde, quando o "Espírito" se desfez sob o impacto de um foguete antiaéreo, derrubando um avião norte-americano sobre território soviético, se falou de boca pequena, nas direções dos partidos, sobre erros cometidos em relação a Eisenhower. Mas poderá ser considerado simples "erro" um comportamento das direções dos maiores PCs da Europa e da América Latina, que não é isolado, não é casual, mas que já é um sistema consagrado? Afinal, antes do "Espírito de Campo David" tivemos já o "Espírito de Ialta e Teerã" e quem nos garante que os acordos nucleares de Moscou não produzam espíritos semelhantes?

Que não se trata de "erros" isolados, mas sim de uma prática reformista sistematizada que domina hoje a liderança da maioria dos partidos comunistas, sobre isso os companheiros chineses não deixam

dúvidas. Esse reformismo se torna mais nítido ainda quando passamos para a segunda parte da sua crítica: a aplicação da coexistência pacífica nas relações de classe.

A "coexistência pacífica" aplicada nas relações internas encontra o seu prolongamento no desenrolar pacífico das lutas de classe, na luta pacífica por certas reformas e na vitória pacífica do socialismo. Na prática, toda reforma da sociedade burguesa é vista como um passo no caminho em direção ao socialismo. A conquista de posições (preferencialmente governamentais) é justificada pela necessidade de apoiar e colaborar com correntes burguesas "progressistas" contra as mais reacionárias. Para não assustar os aliados burgueses, são suprimidos os aspectos revolucionários e os objetivos socialistas da luta da classe operária e dos comunistas e evitado todo ataque direto contra a sociedade burguesa como tal.

É claro que semelhante política só pode ser seguida mediante renúncia a uma educação revolucionária das massas e isso significa a propagação de ilusões sobre o caráter de classe da sociedade e do mundo em que vivemos. Começa-se a espalhar ilusões sobre a possibilidade de combater o imperialismo e a ameaça de guerra sem luta revolucionária contra o sistema capitalista. Acaba-se espalhando ilusões sobre o caráter do imperialismo, aumentando, de um lado, o seu poderio e sua estabilidade perante as massas, e assegurando, de outro lado, que a paz poderá ser mantida mediante acordos internacionais que os imperialistas assinam. Tanto no cenário interno, como em escala internacional, as massas estão sen-

do, desse modo, desarmadas pacificamente para a fase decisiva da luta.

* * *

Os companheiros chineses definem essas atitudes como uma política social-democrática, que está sendo executada em escala mundial em nome de um movimento comunista. Também nesse ponto só podemos concordar com eles. O que caracteriza a política social-democrática, após a cisão de 1914, é a total renúncia à luta contra a sociedade burguesa. O que cindiu o movimento operário em comunistas e social-democratas é justamente o problema da tomada do poder. Os social-democratas limitavam a sua luta a melhorias da situação da classe operária dentro da sociedade burguesa, lutavam para tomar conta do Estado burguês, prometendo chegar desse modo, gradativa e pacificamente, ao socialismo. Os comunistas que, ao contrário, se organizavam para reviver o conteúdo revolucionário do movimento e que, conforme as palavras de Lênin, para isso tinham de "restabelecer, antes de tudo, a doutrina de Marx sobre o Estado", partiram da experiência já formulada de que a luta pelo socialismo pressupõe a destruição do Estado burguês e a implantação de um Estado Operário e Camponês, sob a forma da ditadura do proletariado. A conquista do poder pelo proletariado só podia ser produto de uma revolução e não de reformas graduais. A luta pelas reformas só tinha sentido para os comunistas na medida em que mobilizasse as massas em torno de objetivos próprios e opostos aos das classes dominantes, despertasse a confiança nas suas próprias forças, lhes desse consciência de classe e as preparasse para a batalha final. Revoluções - salientava Lênin nas suas polémicas

contra os reformistas da Segunda Internacional — somente em *casos excepcionais* se podiam dar como atos pacíficos. Os, comunistas, todavia, não podiam basear sua estratégia em casos de exceção, mas tinham de educar e armar as massas para enfrentar a violência que as classes dominantes usavam na história para defender os seus privilégios.

Tudo isso os companheiros chineses também dizem nos seus documentos. Do mesmo modo como Lênin tinha de "desenterrar" a doutrina de Marx, em 1917, para restabelecer o conteúdo revolucionário do movimento operário, os chineses "desenterram" hoje os ensinamentos de Lênin, abandonados pela liderança do movimento comunista internacional e ignorados por milhões de comunistas educados na fase "pacífica".

Uma coisa, porém, os companheiros chineses não explicam: como pôde acontecer que todo um movimento comunista, fundado em oposição ao reformismo social-democrático, chegasse ao ponto de hoje defender na prática as mesmas posições reformistas e social-democráticas?

É essa uma pergunta que se impõe. Não somente para nós, que já sentimos as conseqüências da situação existente e estamos empenhados na formação de um novo partido revolucionário, como também para aqueles companheiros que ainda empregam as suas energias em tentativas de reformar o Partido Oficial, porque acham que as divergências têm de ser resolvidas dentro deste partido.

* * *

Pequim não responde ainda a essa pergunta. Começando a elabo-

rar pouco a pouco as suas posições, em documentos sucessivos, os chineses estão longe ainda de terem dito a sua palavra definitiva. As definições se estão dando na medida em que se desenvolvem os debates, que ainda estão no início. Mas é justamente para esses debates que nos devemos preparar.

É voz corrente — e não somente em escala nacional — que o atual reformismo não é mais que um produto da nova orientação de Krushev. "Nos tempos de Stalin as coisas não eram assim...", ouve-se de boca pequena até entre os altos funcionários do Partido.

Trata-se, evidentemente, de uma explicação mais do que simplória. Nos tempos de Stalin, discussões em torno dos problemas fundamentais do comunismo, como se estão dando agora, eram desconhecidos. Os críticos foram taxados de "traidores", "agentes nazistas", "trotskistas", etc, e toda derrota sofrida pôde, desse modo, ser transformada monoliticamente em vitória a longo prazo.

Foi justamente na época de Stalin que se inaugurou no movimento comunista a política de colaboração de classes. Foi justamente nos tempos áureos de Stalin, na crise revolucionária do pós-guerra na Europa, que os dois maiores partidos comunistas do Ocidente, o francês e o italiano, desempenharam o mesmo papel que os social-democratas tinham representado em 1918. Em vez de liderar as massas para a revolução, eles a sufocaram. Líderes comunistas entraram em governos burgueses (geralmente como ministros do Trabalho), ajudaram a reconstituir sua economia em decomposição — e foram chutados depois de terem prestado seus ser-

viços como pacificadores de massas radicais. Foi justamente a incapacidade dos comunistas, sob liderança de Stalin, de dar ao capitalismo europeu o golpe de misericórdia (os chineses fizeram sua revolução contra a vontade de Stalin), que provocou a atual crise no movimento comunista mundial. Coube a Krushev herdar esta crise, assim como herdara a política de "coexistência pacífica" inaugurada por Stalin.

O fato de localizarmos a origem do reformismo numa época mais remota — o fracasso de 1945 pressupõe naturalmente que tenha havido uma prática reformista anterior — também ainda não responde à pergunta das causas do reformismo no movimento comunista, mas nos aproxima do problema. Não podemos neste lugar entrar numa análise do fenômeno Stalin em si. Só queremos deixar claro que não pretendemos, tampouco, fazer de Stalin uma espécie de bode expiatório para os males que afligiram o movimento comunista nas últimas décadas, como boje está sendo usado. O que nos interessa nesta discussão são determinados aspectos da política stalinista em relação ao movimento internacional. Em segundo lugar, queremos enfrentar o problema de um ângulo para nós já histórico, isto é, como parte de uma geração que tem de continuar a luta à base de condições já encontradas, tomando-as como ponto de partida.

Fato é que as mudanças qualitativas do movimento comunista internacional se deram na fase stalinista, isto é, na fase em que a Internacional é, posteriormente, os PCs, submetidos a uma rígida centralização política de Moscou, subordinaram sua atuação às necessidades da política externa da União Soviética. Esse processo não se deu

sem profundas e prolongadas lutas internas no movimento comunista.

Foi possibilitado pela pouca experiência e a estreita dependência dos PCs do mundo inteiro — quase todos eles formados depois da revolução russa — que estavam atrelados a Moscou. Arrastados primeiro às lutas internas no partido soviético, onde as duas correntes principais, Stalin e Trotsky, procuraram usar os partidos estrangeiros para seus fins faccionais, eles saíram da batalha com lideranças fiéis à facção vencedora no partido soviético. De outro lado, o aventureirismo e o sectarismo dos primeiros anos de pós-guerra, as doenças infantis do jovem movimento comunista tinham impedido a sua penetração na classe operária dos países industriais. Com a estabilização relativa do capitalismo europeu, o isolamento da revolução russa e a ameaça fascista, perderam-se as perspectivas revolucionárias a curto prazo na Europa. Moscou tirou dessa situação a conclusão de que os partidos comunistas, que se haviam mostrado incapazes de aliviar a situação do proletariado russo mediante a revolução no ocidente, tinham agora de renunciar à sua estratégia, tática e linguagem revolucionária, numa tentativa diferente para aliviar a situação da União Soviética dentro do mundo capitalista. A tarefa principal que eles receberam foi fazer alianças para apoiar governos que pudessem vir a ser aliados da União Soviética numa provável guerra contra a Alemanha nazista. Iniciou-se a política de colaboração de classe, conhecida sob o nome de Frente Popular.

Não se pode afirmar certamente que essa primeira experiência reformista tenha sido bem sucedida. A revolução espanhola foi

sacrificada. O partido francês se mostrou incapaz de assegurar o funcionamento do tratado franco-soviético, assinado por Laval. O movimento operário francês, que atingira seu auge em 1936, três anos mais tarde não estava mais em condições de sustentar uma greve geral. Na véspera da guerra, os comunistas europeus enfrentaram a sua crise mais dura. A situação mudou somente quando o Exército Vermelho alterou o destino da guerra, despertando novamente o elã revolucionário das massas proletárias europeias ocidentais. Mas nesse momento os seus partidos comunistas não tinham mais um liderança marxista-leninista.

Da parte dos líderes soviéticos, a revolução socialista europeia foi substituída pela política de "coexistência pacífica", — em moldes como os chineses a criticam hoje — na qual a diplomacia soviética reconhecia a existência de zonas de influências. Bastaria isso para explicar o fracasso da política externa de Stalin, que deixou para a União Soviética e para todo o campo socialista uma Europa burguesa reerguida e remilitarizada, sob liderança germano-americana.

*** **

A fase do monolitismo stalinista passou. Hoje já se discute, se diverge e se está procurando uma saída para a crise. Sinal são as divergências sino-soviéticas.

A superação da crise passa pela fase da chamada desestalinização. A desestalinização começou cronologicamente, com a rebelião do Partido Comunista iugoslavo, atingiu o auge na própria União Soviética e teve as suas repercussões nas Democracias Populares europeias. Ela encontra hoje uma continuação necessária nas críticas chinesas

que, sem mencionar Stalin, estão demolindo toda uma estratégia e tática reformista criadas no passado em escala mundial. Os diversos componentes, que contribuíram e que continuam a contribuir ativamente para esse processo de desestalinização, não agem no mesmo nível, nem estão de acordo entre si a respeito do papel que estão desempenhando. O processo de desestalinização não consiste numa atuação consciente e uniforme de todo o campo comunista no sentido de um retorno do movimento às bases leninistas (mesmo se houvesse esta atitude subjetiva, perdurariam ainda as divergências a respeito da aplicação do leninismo às condições de hoje). Entre as facções que contribuem ativamente para superar a herança stalinista, a situação é determinada por motivos materiais e pela sua posição objetiva.

Os iugoslavos, por exemplo, que viam ameaçada a sua revolução pela imposição de estreitos padrões soviéticos, iniciaram a redemocratização com a co-gestão operária nas fábricas. Na política externa, todavia, escolheram o caminho mais oportunista, procurando explorar o antagonismo entre os dois campos mundiais, socialista e capitalista, mesmo quando as portas já estavam abertas para uma volta à comunidade socialista. Esse oportunismo na política externa se reflete igualmente na sua atitude em relação à luta de classe em escala mundial, onde defendem as posições mais direitistas.

Na própria União Soviética, a desestalinização se impôs pela necessidade de superar os pontos de estrangulamento da economia socialista na cidade e no campo, criados

pelo domínio de uma burocracia superada. Na União Soviética, desestalinização é sinônimo de desburocratização, um processo mais lento, no qual os poderes e os privilégios da burocracia estão sendo eliminados gradativamente. Essa evolução, que é acompanhada de lutas internas e que se manifesta frequentemente sob a forma de um conflito de gerações, não atingiu ainda, visivelmente, o campo das relações externas, tanto com o mundo capitalista, como com o movimento revolucionário do mundo exterior.

Na China, ao contrário, foi justamente o problema das relações externas que deu origem à sua contribuição para a desestalinização. Partindo de uma posição objetiva completamente diferente da europeia e enfrentando problemas diferentes, os revolucionários chineses, em troca, têm mostrado pouca compreensão para com os aspectos da desestalinização europeia, principalmente em relação às questões da necessidade do levantamento do nível de vida nos países socialistas ocidentais e da sua redemocratização interna. Mas isso não impediu que eles tomassem a iniciativa para um dos aspectos mais importantes para nós do processo geral: o do restabelecimento do marxismo-leninismo nas lutas de classe em escala mundial.

Para o mundo burguês esse fenômeno é incompreensível: trata-se de simples desintegração do campo comunista. Não pode simplesmente compreender (tampouco como certos "comunistas"), que é essa luta interna que rejuvenesce, reforça e revitaliza o comunismo mundial e que essa luta se tornou simplesmente indispensável para que o proletariado possa enfrentar a batalha final contra o capitalismo.

Nós, comunistas, temos de ter consciência de que, como movimento vivo, como um fenômeno social e histórico, o nosso crescimento e desenvolvimento está submetido às mesmas leis dialéticas que regem a sociedade inteira.

* * *

O movimento comunista, tal como foi fundado pela geração de Lênin, tomou pé em conseqüência da primeira revolução proletária vitoriosa. Com isso fincou-se um marco na história humana: o socialismo, pela primeira vez, transformou-se de ciência em ação. Com isso encerrou-se também, definitivamente, toda uma fase do movimento socialista, tal como as primeiras gerações de marxistas o tinham ajudado a criar e que se caracterizava pela sua atuação principalmente educativa, propagandística e organizativa no seio de um proletariado que ainda não podia colocar a questão do poder. De outro lado, esse marxismo pré-leninista se limitava virtualmente à Europa, com fracas repercussões no resto do mundo.

Os leninistas levantaram a bandeira da Revolução Socialista Mundial. Isso, nas condições dadas, era uma afirmação histórica. Era inevitável que o país, que realizava a primeira revolução vitoriosa (socialista), tomasse a liderança desse novo movimento revolucionário. Mas poucos anos depois tornou-se evidente que a revolução não ultrapassaria nem as fronteiras da velha Rússia Tsarista. O proletariado dos países industriais não estava pronto ainda para responder aos apelos que vinham do Oriente da Europa, e as vanguardas comunistas ocidentais refletiam essa situação pela sua fraqueza numérica e sua inexperiência.

Incapazes ainda de preencher no seio do proletariado o mesmo papel de liderança que os bolcheviques desempenharam na Rússia, começaram a ceder à tentação de querer imitar a sua tática e terminologia, em vez de procurar aplicar o marxismo-leninismo às condições locais específicas.

De outro lado, o fato de se ter a revolução iniciado, no país mais atrasado da Europa naquela época — subdesenvolvido, diríamos hoje — enfraqueceu desde o início as bases materiais da revolução mundial. A revolução russa e o movimento comunista internacional estavam em dependência mútua. Se na primeira fase o isolamento da República Soviética fez com que se encorajassem todas as tentativas de levar a revolução para o Ocidente, para aliviar a situação do proletariado russo, os fracassos dessas tentativas tinham forçosamente de provocar uma reação. Ela veio na medida em que a União Soviética, em vez de enfrentar um mundo capitalista unido, pôde começar a aproveitar-se das contradições interimperialistas, procurando alianças com uma parte do imperialismo contra a outra.

Essa reação às fraquezas da primeira fase da revolução mundial, que do ponto de vista dialético corresponde a uma negação, se deu sob a forma do stalinismo. É nessa fase que verificamos o "socialismo num só país" se opondo às necessidades da revolução mundial; o apoio à "burguesia progressista" em países imperialistas, em vez de luta de classes; alianças com países imperialistas, em vez de guerras revolucionárias e, finalmente, o avanço do Exército Vermelho como substituto às revoluções proletárias.

A reação a esse período também já está evidente. Trata-se da negação da negação; da volta ao leninismo num nível mais alto, do prosseguimento da revolução mundial apoiada em bases materiais muito superiores.

Essa superação do stalinismo, a reconquista da unidade do movimento comunista mundial em bases revolucionárias, que atualmente presenciamos e na qual tomamos parte ativa, é possível materialmente porque:

— durante a fase do stalinismo a União Soviética se tornou a segunda potência do mundo, capaz de enfrentar militarmente o atual gendarme do mundo capitalista, os Estados Unidos;

— a segunda guerra mundial criou um campo socialista, que alterou profundamente as relações de forças, principalmente com a revolução chinesa;

— os ensinamentos do marxismo leninismo tiveram uma divulgação tão vasta, que os antigos monopólios revolucionários foram removidos, como mostra a revolução cubana, que teve uma contribuição própria a dar.

O fator material mais importante para a futura unidade revolucionária do movimento comunista está nas relações mundiais de forças. Hoje, a União Soviética não pode mais orientar sua política externa pelas contradições inter imperialistas numa futura guerra. A contradição fundamental, que domina em última instância as relações internacionais, é entre socialismo e imperialismo. A integração defensiva do imperialismo é um fato comprovado em todos os momentos de crescimento de tensão. Em todas

as crises mundiais os "fronts" já estão delineados: OTAN contra o Campo Socialista.

Se houver uma guerra, a vitória do socialismo só se imporá mediante a derrota militar de todos os países imperialistas. E só se evitará essa guerra se a revolução mundial continuar a expandir-se e se se modificarem as condições de tal modo que qualquer resistência do antigo regime não passe de mero suicídio.

Essa perspectiva pode parecer distante. Por enquanto, os dirigentes da União Soviética se orientam no sentido de um entendimento com os Estados Unidos e um apaziguamento do imperialismo. Essas tentativas são acompanhadas por outras de aproximação com burguesias de países menores, que nas horas de desafogo costumam revelar conflitos com os Estados Unidos. Para isso, os partidos comunistas, que se prestam a essa política, estão sendo usados nos termos da "coexistência". O fracasso de toda essa política se tornará evidente logo que as fases de desafogo derem lugar a um novo agravamento das relações internacionais. E virá o dia em que os dois mundos se enfrentarão face a face. A tarefa dos comunistas é preparar o proletariado *antes* que chegue esse momento decisivo.

Qual é o nosso papel como **POLÍTICA OPERÁRIA** nas divergências do movimento comunista internacional, do qual fazemos parte?

Em primeiro lugar, devemos empenhar-nos conscientemente na luta pela unidade do movimento comunista em bases revolucionárias, tanto em escala nacional como internacional.

Nacionalmente, já estamos empenhados pela nossa luta em prol de um partido revolucionário do proletariado brasileiro, com bases marxistas-leninistas. No cenário internacional, nós nos faremos sentir na medida em que esse partido tomar corpo. Pela importância política que o país tem hoje para o movimento revolucionário, podemos ter certeza que um tal partido terá repercussão internacional. Mas para que o proletariado brasileiro possa influir, diretamente, na frente comunista mundial, terá de participar de uma coordenação das forças latino-americanas. É na América Latina que se encontra hoje um dos campos mais férteis, do marxismo-leninismo, onde florescem mais grupos revolucionários. Do Chile até à República Dominicana, a discussão entre revolucionários e reformistas está em pleno curso. Finalmente, sempre devemos ter em mente que a revolução cubana não foi somente o acontecimento que sacudiu o continente e iniciou, nesta parte do mundo, a luta pelo socialismo em novas bases; ela é também a revolução que usa a linguagem melhor compreendida pelas massas exploradas do continente.

Em segundo lugar, devemos ter consciência de que a maior contribuição que o proletariado brasileiro pode dar é a revolução socialista. É essa que deve ser a meta declarada e aberta do novo partido revolucionário, meta que não deve ser abandonada em nenhum momento da luta. É sob essa bandeira que se organizará a classe operária do país, se despertará a sua consciência e se a levará à luta final. Esse objetivo só poderá ser alcançado em oposição à presente política externa soviética, que se faz sentir nas lutas de classe, mediante a atuação do PCB.

Se falamos em oposição à política externa soviética não nos referimos às tentativas de entendimentos diplomáticos, que visam a evitar ou adiar uma guerra mundial, como por exemplo, os recentes acordos de cessação dos testes nucleares de Moscou. Nós nos opomos a que esses entendimentos se realizem às custas do movimento comunista internacional, que a luta revolucionária contra o capitalismo e o imperialismo seja abandonada em prol de um "Espírito" pacífico qualquer.

Em terceiro lugar, temos de lembrar que não é de hoje que a POLÍTICA OPERÁRIA defende essas posições, formuladas desde as discussões preliminares nos primórdios de sua formação. Se a revolução cubana confirmou as nossas teses sobre o caráter da revolução latino-americana, as críticas chinesas à aplicação da "coexistência pacífica" em escala mundial nos demonstram que também nesse terreno não estamos sozinhos. Como não estamos sozinhos na luta pelo restabelecimento dos ensinamentos de Marx e de Lênin, como ponto de partida indispensável para um desenvolvimento da teoria e da prática revolucionária. Essa luta se trava hoje mundialmente, tanto em Pequim como em Santiago do Chile; tanto em Havana, como nos subúrbios operários de Paris e na Universidade de Moscou; na revista de Sweezy, como nas colunas da POLÍTICA OPERÁRIA: é a nova Internacional dos leninistas que está a vir.

A simultaneidade desse fenômeno nos revela que as sementes plantadas pelos revolucionários do tempo de Lênin não se perderam. Elas deram frutos nas terras mais antigas e nas mais novas do mundo. Mas é justamente a variedade das

colheitas que impede que elas fiquem à mercê de um só cultivador. Quando falamos de uma nova Internacional de leninistas, não temos em mente um centro que exerça uma tutela sobre o resto. Essa doença infantil mata hoje qualquer movimento vivo. O restabelecimento do marxismo-leninismo militante

depende atualmente da capacidade criadora dos seus porta-bandeiras, que têm a sua contribuição a dar, e só a podem dar na luta de classe. É à base dessas contribuições vivas que se formará a nova linha de solidariedade internacional do proletariado.

E. M.

Ponto alto da luta anti-imperialista na América Latina, a Revolução Venezuelana é irmã legítima da Revolução de Cuba, bem como dos interesses mais profundos dos trabalhadores de todo o mundo, particularmente do nosso continente.

Sofrendo brutal repressão do imperialismo yanque através do seu títere Betancourt, os revolucionários venezuelanos necessitam toda solidariedade das forças populares conseqüentes.

Porisso convocamos os operários, estudantes, camponeses, soldados, intelectuais, a constituírem em cada fábrica, em cada região, em cada escola, em cada bairro, um

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À
REVOLUÇÃO VENEZUELANA.

O Internacionalismo Proletário e a Revolução Latino-Americana

MONIZ BANDEIRA

O internacionalismo proletário não se baseia em princípios abstratos ou considerações românticas, mas, sim, numa realidade econômica e social. O capitalismo constitui uma ordem econômica internacional e o proletariado dos diversos países não têm, historicamente, interesses contraditórios entre si. A consciência de que os objetivos de classe estão acima das diferenças nacionais, de raça, cultura, língua e tradições, informa o internacionalismo proletário, quintessência do pensamento de Marx, Engels e Lênin.

A luta contra a burguesia só terá desfecho na arena mundial. Quando o proletariado de um país, como Cuba, assume o poder político e se constitui como Estado, passa logo a enfrentar a burguesia das demais nações e, particularmente, o gendarme da reação, a fortaleza do imperialismo, os Estados Unidos. Isso mostra à classe operária internacional a necessidade de estar unida e solidária, consciente de que a luta de cada povo é a sua própria luta.

O desenvolvimento da economia mundial, nos dias de hoje, não deixa margem a dúvidas quanto ao caráter de classe da luta, que ora se trava em todas as partes do mundo. Por que a revolução cubana — dizem — afeta a segurança nacional dos Estados Unidos? Que tem a ver a luta no Laos ou no Vietnã com os Estados Unidos? A resposta é muito simples: segurança nacional, para os imperialistas, quer dizer segurança do seu capital, dos seus interesses, dos seus privilégios, das suas propriedades. Onde quer que haja, pois, um posto da ESSO, uma fábrica de Coca-Cola, uma fazenda da United Fruit, uma concessão da Hanna, um estoque da Wilson & Sons, um

magazine Mesbla ou da Sears Roebuck, em Formosa ou na Patagônia, em Berlim ou no Vietnã, na Austrália ou na Venezuela, no Iraque ou no Brasil, aí estão as fronteiras nacionais dos Estados Unidos.

Caíram os velhos conceitos de pátria e de nação. Pátria e nação, para o imperialismo, são o próprio imperialismo. As fronteiras nacionais, na época dos trustes e cartéis, são os interesses dos trustes e cartéis.

O capitalismo, movido sempre pela sua necessidade de expansão, incumbiu-se de criar as condições para a superação do Estado nacional. Estabeleceu a divisão internacional do trabalho, transformou os mercados regionais num vasto mercado mundial, imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, penetrou todos os recantos da terra, ligou todos os povos, num sistema de vasos comunicantes.

A internacionalização da vida econômica atingiu níveis inauditos, nessa última fase do desenvolvimento capitalista, o imperialismo. E as duas grandes guerras — a de 1914 e a de 1939 — consagraram a superação do Estado nacional. O centro da vida econômica deslocou-se para o mercado mundial, onde a luta armada entre blocos imperialistas continuava a concorrência entre trustes e cartéis, a disputa por novas áreas consumidoras e pelas fontes de matéria-prima.

Após a guerra de 1939-1945, acelerou-se a concentração e a centralização da riqueza, em escala internacional, e os Estados Unidos assumiram a hegemonia do mundo capitalista. Essa internacionalização da vida econômica, porém, agravou, por força

de sua dinâmica, os antagonismos nacionais. O nivelamento das necessidades econômicas, levado a cabo pela expansão dos trustes e cartéis, pelo capital financeiro, realçou o desenvolvimento irregular do capitalismo e compeliu os povos mais atrasados a saltar as etapas da evolução histórica, para acompanhar a civilização e beneficiar-se do progresso. As tarefas da emancipação nacional, que outrora couberam à burguesia, passaram para as mãos do proletariado e do campesinato, coincidindo com as necessidades de construção do socialismo.

Somente com a organização e a planificação da economia, num âmbito mundial, poderão esses povos usufruir das conquistas técnicas da humanidade, libertar-se do atraso e da miséria, da fome e da ignorância, conseguir uma redistribuição da riqueza, hoje concentrada e centralizada por meia dúzia de famílias norte-americanas — os Rockfeilers, os Morgans, os Dupont, os Mellon e alguns outros. A única classe capaz de responder a essa necessidade, a esse imperativo do desenvolvimento econômico, é o proletariado, porque, não tendo, historicamente, interesses contraditórios entre si, poderá desenvolver a solidariedade internacional e construir o socialismo.

Toda a estratégia de luta do proletariado deve encarar, por conseguinte, a economia mundial como um todo, uma realidade viva, superior, e não como a soma das economias nacionais. Ou seja, toda a luta do proletariado deve apoiar-se numa estratégia internacional. A revolução na Venezuela, por exemplo só poderá resistir à intervenção do imperialismo norte-americano na medida que as massas de toda a América Latina estejam preparadas a manifestar-lhe efetiva solidariedade, uma solidariedade militante, que não poderá restringir-se apenas às manifestações verbais de protesto. Ninguém duvida que, após o exemplo da revolução cubana, os bandidos imperialistas estejam dispostos a impedir, ainda que à custa da interven-

ção militar direta, a vitória de qualquer outro movimento insurrecional na América Latina. O imperialismo não se orienta por princípios de moral ou de direito e, quando os Estados Unidos julgarem conveniente para a segurança dos seus interesses, intervirão na Venezuela ou no Brasil ou em qualquer outro país. Não é segredo que o Pentágono tem nos seus planos a invasão do Nordeste e a própria imprensa norte-americana chegou mesmo a proclamar a necessidade da intervenção em Cuba, para evitar amanhã a necessidade da intervenção no Brasil. Não há argumento mais cínico, mais deslavado, que mostra todo o desespero dos imperialistas de Wall Street.

O direito à autodeterminação e à soberania nacional só interessa fundamentalmente às massas exploradas e oprimidas, ao proletariado, que luta para libertar-se do jugo do capital. A revolução cubana mostrou mais uma vez o caráter internacional da dominação burguesa, pois, quando o proletariado, apoiado nos camponeses, se constituiu como Estado, se colocou à frente da nação, contra ela se voltaram as antigas classes dominantes do continente. Se alguns governos latino-americanos não encamparam as intenções dos Estados Unidos de invadir Cuba, não o fizeram por amor e respeito à soberania nacional e ao direito à autodeterminação dos povos. Temiam as conseqüências da empreitada, a reação popular e procuravam valer-se da situação para obter algumas concessões do imperialismo. Enquanto isso, os burgueses do tipo de Miró Cardona, Urrutia e outros vermes imploravam aos Estados Unidos que invadissem o seu país, Cuba Socialista, para que recuperassem as suas propriedades. Eram os patriotas de ontem.

A pátria, como se vê, está para a burguesia ligada à propriedade e ao poder político. Quem se surpreenderá quando, amanhã, Lacerda, Juscelino, Jango, Ademar de Barros, Magalhães Pinto e muito dos que hoje se proclamam nacionalistas estiverem todos de braços dados, lambendo as

solas de Kennedy ou de outro bandido, a pedir a invasão do Brasil, para que possam reaver as suas propriedades, as suas fábricas, os seus bancos, as suas fazendas?

O proletariado não pode ter ilusões quanto à luta que ora se trava. Será dura, cruel, exige a solidariedade de todos os povos e só terá fim com o triunfo da revolução em todo o continente. Se os Estados Unidos não hesitarão um minuto sequer em recorrer à intervenção militar direta na Venezuela ou em outro qualquer país que se emancipe, o proletariado brasileiro, como o de toda a América Latina, deve estar preparado para reagir, para repelir a agressão do imperialismo. Sem movimento revolucionário não haverá respeito à soberania nacional e ao direito de autodeterminação.

Mas, de que forma poderá o proletariado brasileiro, como o de toda a América Latina, defender a revolução cubana, a revolução venezuelana, a revolução peruana, como a sua própria revolução? É utopia pensar que os apelos, os protestos verbais, as simples mobilizações de massas para comícios deterão os imperialistas na sua sanha. A defesa mais eficaz, a manifestação mais eficiente dê solidariedade que o proletariado brasileiro pode dar à revolução cubana ou à revolução venezuelana é preparar, organizar e acelerar a sua própria revolução. Mas, como a revolução não se produz simultaneamente em todos os países, é preciso que as massas, no Brasil, no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Equador, em todos os países do continente, estejam conscientes de que a revolução, em Cuba ou na Venezuela, na Guatemala ou no Peru, é a sua revolução e estejam dispostas a defendê-la a ferro e fogo, com o seu próprio sangue. É preciso que o imperialismo e as classes dominantes, na América Latina, saibam que, se os seus dias estão contados, qualquer intervenção no continente,

qualquer tentativa de impor a contra-revolução, só fará abreviá-los, ainda que a custo de maiores sacrifícios.

O proletariado brasileiro, como o de toda a América Latina, deve estar preparado para deflagrar a greve geral, tomar medidas práticas para a expropriação de todas as propriedades norte-americanas, atacar todos os suportes da dominação imperialista, declarar a guerra total, numa guerra sem quartel.

Todas as centrais sindicais da América Latina devem manter-se unidas e alertas, coordenar os seus esforços para a decretação da greve geral, no Brasil, no Chile, no Argentina, no Uruguai, no Equador, no México, se amanhã os Estados Unidos tentarem novamente a invasão de Cuba ou a intervenção na Venezuela, na Guatemala, na Nicarágua, na Colômbia, onde milhares de operários, camponeses, estudantes já combatem, nas ruas e nas montanhas, pela sua libertação, pela libertação da América Latina. Contra a agressão do imperialismo, os operários, camponeses e estudantes, no Brasil ou no Panamá, devem recorrer à ação direta, para repeli-lo, para rechaçá-lo.

As bombas que explodiram as instalações de petróleo, na Venezuela, constituíram a manifestação de solidariedade mais eficaz, que recebeu o povo cubano, quando do bloqueio naval, decretado pelos imperialistas, em outubro de 1962.

Essa, a tarefa que cumpre ao proletariado realizar. O dever de todo militante revolucionário é preparar, acelerar, apoiar e sustentar a revolução socialista mundial, que avança na Ásia como na América Latina, que abala os pés de barro do imperialista, é traduzir nas ações a solidariedade internacional dos trabalhadores.

A pátria do proletariado é a própria revolução.

A Luta Ideológica no Brasil

THEOTÔNIO JÚNIOR

III — A ESQUERDA CRISTÃ, 2.^a PARTE

No número anterior, prometemos continuar a análise do trabalho de Herbet José de Sousa sobre as "Contradições da Realidade Brasileira". Neste Ínterim, contudo, apareceu o Documento-Base da Ação Popular (Documento 1-63) que representa, não só uma elaboração intelectual melhorada das teses filosóficas até então apresentadas, como um considerável avanço do ponto de vista político, sociológico e econômico. É nosso objetivo criar, através deste debate, as condições para o esclarecimento da realidade política brasileira, e por isto resolvemos tomar como ponto de

partida o documento mais avançado que ora vem à luz. E isto não só porque nos permite criticar o, que de melhor produziu, do ponto de vista político⁽¹⁾ a esquerda cristã, mas também porque, representando estas posições elaboradas, exprime de maneira mais aguda as contradições do pensamento social cristão. A partir do texto citado, passaremos a uma análise de quatro conceitos-chaves para a compreensão do pensamento social e político da esquerda cristã: o processo histórico do capitalismo, a ditadura do proletariado, o socialismo e o empirismo político.

A. O processo histórico do capitalismo.

Na concepção do processo histórico do capitalismo, o Documento-Base revela três características importantes do pensamento social cristão. São elas o moralismo, a ausência de visão correta da contribuição histórica do capitalismo e, por fim, a falta de uma análise profunda de seus elementos essenciais. Eis o que procuraremos mostrar através dos textos que selecionamos.

"O detentor privado dos meios capitalistas de produção nunca poderá, numa estrutura econômica fundada sobre tal estatuto de posse, estabelecer com o trabalhador uma relação *autenticamente humana de reconhecimento*. Será sempre uma relação de *dominação* (e não de exploração! — Nota do autor). De alienação do trabalhador. Uma relação que opõe pessoa (sic) e sociedade num contexto de luta." (p. 5). "Não é a propriedade

privada em abstrato que interessa discutir na linha de visão histórica que ora traçamos. É a apropriação privada dos meios capitalistas (sic) de produção. Ela se apresenta como originariamente responsável pelas *profundas distorções* que assinalam a evolução histórica do fenômeno da socialização que se desenvolve sob o signo do capitalismo. Distorção que atinge antes de tudo a situação do homem: a esfera primária de suas necessidades vitais, o imperativo *moral de sua dignidade*, o espaço de sua liberdade." (p. 2), etc. O moralismo caracteriza-se por substituir o processo real por afirmações morais. É o que podemos observar nos textos acima citados. O que há de "mau" no capitalismo é não permitir uma relação *autêntica* entre patrão e empregado, é submeter o operário a uma dominação do patrão, é, enfim, uma distorção

(1) Apesar de melhor elaborados e apresentados, os trabalhos do Pe. Henrique Vaz e do Frei Cardonel, em nada avançam às teses dos elementos mais militantes. E como este trabalho se destina a criticar tendências políticas, não há porque tomá-los como ponto de partida.

do processo de socialização (do qual falaremos adiante), ao atingir o *imperativo moral* da dignidade do operário. Em última análise, o operário precisa ser *salvo* do capitalismo. Os nossos teóricos cristãos vêem a propriedade privada como uma distorção do processo histórico e não como uma necessidade histórica de uma fase de desenvolvimento da humanidade. Como poderão compreender assim o papel histórico do capitalismo e sua contribuição à derrubada do mundo feudal? Teremos de voltar à luta de Marx contra Proudhon, que afirmava ser a propriedade um roubo, na qual se demonstrou que a propriedade privada não seria superada simplesmente por seu imoral, mas por impedir o desenvolvimento das forças produtivas que ela mesma liberava!

"O fato da socialização preside inegavelmente ao surgimento da história humana e aparece como matriz fundamental de interpretação do seu processo evolutivo." (p.1). "O surgimento do capitalismo precipita a marcha da socialização em ritmo e em proporções que a história não conheceu até então. Unificado economicamente, o mundo entra em processo de unificação política e cultural. Desde esse ponto de vista, o aparecimento do capitalismo representa um enorme salto para a frente da história. Mas, do ponto de vista do homem ele assinala a presença de estruturas de dominação e alienação que trazem ao processo de socialização na sua forma capitalista *tensões e oposições* específicas. São elas que conduzem, historicamente, ao desenlace socialista." (p. 2). Parece que vamos entrar aqui em sutilezas escolásticas, mas é preciso retirar os conceitos do vazio e colocá-los no processo real. Não se pode confundir socialização, em termos gerais e pouco definidos, com a forma concreta do sistema capitalista. O que o capitalismo realiza, ao aumentar a produtividade do trabalho, é elevar constantemente a socialização do trabalho, isto é, sob o capitalismo, o trabalho adquire um caráter social. Esta é a sua grande contradição interna, e

é esta contradição que o levará a um impasse total, que se reflete na constante crise do sistema. Mas daí não se pode falar livremente de socialização como característica do desenvolvimento do capitalismo, nem muito menos de toda a história humana. Apesar de ser uma aproximação da verdade, essas afirmações levam à confusão, já que perdem o conteúdo concreto do processo histórico. Elas levam, por exemplo, a falar de pessoa humana e socialização, liberdade e socialização etc, como se a socialização do trabalho realizada no sistema capitalista não fosse um instrumento da própria exploração. E isto é o que faz o Documento-Base.

Enfim, para apreciarmos a maneira confusa com que vêem o processo histórico do capitalismo, vejamo-los encampar uma das teses mais reacionárias e anticientíficas da sociologia burguesa, a da sociedade industrial e tecnocrata: "A burguesia apresenta-se historicamente proteiforme. Sucessivamente mercantil, industrial, financeira. Hoje tecnocrática e gerencial (!). Mas, se nos países nos quais a plena expansão do capitalismo levou a um alto desenvolvimento econômico, a *luta de classes atenuou a feição dramática dos primeiros tempos da revolução industrial* (sic) (...) se, finalmente, os poderes de decisão da esfera econômica transferem-se, nesse contexto, cada vez mais do proprietário ao diretor da empresa e ao técnico" etc. É difícil andar corretamente na teia das confusões do pensamento esquerdista cristão, Não se sabe ao certo do que se fala, num momento procura-se manter uma concepção científica mas, no seguinte, cai-se nas maiores confusões. Trata-se de um ecletismo às vezes ingênuo. De fato o desenvolvimento do sistema capitalista de produção separa a propriedade da produção direta, ao criar o sistema de ações e transformar o "capitalista realmente em atividade num simples gerente, administrador de capital alheio (de capital, veja-se bem, é não gerente da produção — Nota do autor),

e os proprietários de capital em simples proprietários, em simples capitalistas de dinheiro." (Karl Marx, *El Capital*, Fondo de Cultura Económica, III vol., p. 415.) Isto não altera em nada a essência do sistema, pelo contrário, aprofunda suas contradições internas em vez de mitigá-las como quer o Documento-Base. Aprofunda o monopólio e a superprodução ao separar cada vez mais o dinamismo do sistema produtivo do dinamismo da expansão do mercado. Levando também o processo imperialista à busca de novos mercados para as mercadorias e para o capital. Estes são pois os dois erros fundamentais, a par da análise incompleta da questão: 1.º) o poder de decisão econômica não se desloca para os gerentes. "Finalmente, (...) podemos apreender a falácia básica na concepção de Burnham para a qual o gerente é uma nova classe dominante surgida em consequência da atual estrutura do capitalismo. Suas aspirações e objetivos são inteiramente subordinadas às de seus superiores; sua maior ambição é tornar-se um funcionário genuíno do capital, seja como proprietário, seja como executor." (Sweezy, *The Illusion of Managerial Revolution*, in *The Present as History*, Monthly Review Press, New York, 1962); 2.º) a luta de classes não atenua sua feição dramática dos primeiros tempos da revolução industrial; antes pelo contrário, aprofunda objetivamente as contradições de

classe, que mudam somente sua forma. E como a referência à época da revolução industrial é uma alusão ao tradicional argumento de que o capitalismo que Marx analisou nada tem a ver com o atual, leiamos o próprio Marx: "O sistema de ações entranha já a antítese da forma tradicional em que os meios sociais de produção aparecem como propriedade individual; mas, ao revestir a forma da ação, continuam enquadrados dentro do marco capitalista; por conseguinte, este sistema, em vez de superar o antagonismo entre o caráter da riqueza como riqueza social e como riqueza privada, limita-se a imprimir-lhe uma nova forma." (*Capital*, idem, p. 410). O resultado dessa contradição cada vez mais profunda materialmente, mas nem sempre consciente, é uma civilização neurótica, carregada de violências (suicídio, luta racial, criminalidade, juventude transviada, marginalismo, prostituição), de nihilismo, de baixo índice cultural e constantemente ameaçada pela guerra. Podem essas contradições violentas do capitalismo contemporâneo comparar-se com os dramas da fase inicial do capitalismo? O que temos então é uma utilização superficial e eclética do marxismo ao lado de uma negação também superficial, do mesmo. E isto impede a esquerda cristã de estudar profundamente e compreender o sentido das modificações que sofreu o capitalismo ao entrar em sua fase imperialista (2)

B. A ditadura do proletariado.

Já no número anterior denunciávamos, nas afirmações filosóficas da esquerda cristã, um caráter anarquista de novo tipo. Não pensávamos, contudo, que êle viesse a ganhar uma expressão prática tão clara como neste Documento-Base que vimos analisando. Já os aproximamos de Max Stirner e

Proudhon incidentalmente, vejamos agora irem, como Bakunin, diretamente contra a tese da ditadura do proletariado. Esta, "preconizada por Marx a partir (sic) da crítica ao programa social-democrata de Gotha (1875) e reforçada por Lênin, apoiou-se numa experiência histórica bem caracterizada,

(2) Pode-se encontrar uma visão histórica em Sweezy — *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, onde se estudam as contribuições de Lênin, Rosa, etc. Temos agora traduzido para o português o livro de Bukarin, *Imperialismo e a Economia Mundial* e encontra-se com facilidade a tradução espanhola de Lênin, *Imperialismo, Fase superior do Capitalismo*.

a experiência da Comuna de Paris (1871) ⁽³⁾. Levada à prática pela Revolução de Outubro, ela mostrou suas limitações e seus riscos. A evolução posterior da construção do socialismo na URSS e nas Repúblicas Populares que se constituíram na órbita de sua influência, sofre a pesada hipoteca de uma tese cuja expressão dogmática tornava precários os efeitos corretivos da experiência e punha em surdina o ideal de libertação do homem pelo respeito total do humano que constituía a motivação histórica fundamental do socialismo." (p.5) e ainda: "Historicamente, entretanto, a revolução marxista opera a transposição da posse e controle dos bens de produção ao Estado que, liderado pelo PC, dirige o processo revolucionário. Essa transposição muitas vezes tem perdido a perspectiva dialética da superação das alienações, criando novo polo de dominação (estatal) com o surgimento da burocracia dominante. O Estado seria uma máquina formadora de determinado tipo de consciência acríica e massificada.

"O problema do poder é alterado, mas não radicalmente transformado. O poder é atribuído a um organismo fechado e surgem outras dominações, a política, a cultural, etc. Falta participação real, plural." (ps. 10-11). Como se vê, trata-se de uma confusão generalizada sobre o problema do poder com o objetivo de negar o poder estatal... soviético. Mas onde está o cerne destes problemas? Pode-se compreender claramente porque se

condena a ditadura do proletariado de maneira tão vaga, apelando para a luta contra o Estado, que posteriormente se negará, como veremos. O cerne da questão está na identificação que fazem os teóricos da AP entre ditadura do proletariado e partido único (comunista, não cristão). A esquerda cristã quer que o poder não seja exercido por este partido, reivindica sua participação no poder socialista. E como não pode dizer isto claramente dá tantas voltas, mostrando que pouco lhe interessa a análise científica dos fenômenos sociais, mas que está disposta a tudo sacrificar por aquilo que tanto condena, pelo poder.

Aqui somos obrigados a esclarecer alguns pontos. Marx define a ditadura do proletariado como "a organização do proletariado como classe dominante" (Manifesto, 1848). Posteriormente, incorpora a experiência da Comuna de Paris para estudar historicamente as formas que esta democracia operária (ou ditadura do proletariado, tanto faz) poderia assumir. É então que observa a necessidade de derrubar a antiga ordem para se poder construir a nova. Não há, portanto qualquer identificação entre a noção de ditadura do proletariado e a de partido único. Aquela poderia justificar esta na medida em que demonstra a necessidade de uma organização política forte do proletariado para quebrar o antigo Estado e a antiga ordem burguesa. Mas somente as condições históricas

⁽³⁾ Como esclarecemos mais adiante, Marx formula a tese da ditadura do proletariado já em 1848, no Manifesto Comunista. Em 1852, em carta a Weydemeyer, refere-se explicitamente à "ditadura do proletariado". Na análise da Comuna de Paris (1871), Marx acrescenta a idéia de que "não basta se apossar da máquina do Estado e colocá-la a serviço de seus próprios fins", é preciso destruí-la. Como se vê, Marx coloca a ditadura do proletariado de um ponto de vista teórico geral e não se apoiou simplesmente na experiência histórica da Comuna de Paris, como erroneamente afirma o Documento-Base, ver Lênin, O Estado e a Revolução. Toda a questão se resume no seguinte: "A causa fundamental da não incorporação da ditadura do proletariado pelos socialistas, está em que eles não levam até o fim a idéia da luta de classes." Lênin, De la Dictature du Proletariat, in L'État et la Révolution, apêndice: à página 145.

podem dizer as formas organizativas que assumirá a ditadura do proletariado nos vários países. A preocupação de Marx foi com as leis gerais da evolução histórica ao formular esta teoria e não com as formas específicas que viesse a assumir esta evolução. Ao contrário do que afirma o Documento-Base, a experiência histórica das Repúblicas Populares demonstra exatamente o contrário das suas "teses", isto é, prova que a ditadura do proletariado não se exerce automaticamente através do partido único, pois, na maioria destes países, existe mais de um partido. O que podemos concluir é que se trata não somente de confusão ou de erro e desconhecimento, mas inclusive de má fé na análise, determinada esta pelos preconceitos pequeno-burgueses que cortam qualquer possibilidade de postura científica à esquerda cristã. E isto se torna mais patente quando vamos encontrar mais adiante a afirmação de que "o que nos define

face à função do Estado, não é o fato de ser maior ou menor proprietário ou interventor, mas sim o fato de ser ou não resultado da participação efetiva das forças sociais, essencialmente das forças do trabalho." Que é isto senão uma forma vaga e confusa de mostrar que somente o proletariado organizado no poder pode instalar o regime socialista e esta é a característica fundamental do socialismo? Mas como vimos, essa é também uma maneira não só confusa, mas incompleta de encarar a questão. Estamos ainda no *ma-nifesto*, não se tem ainda uma concepção clara da necessidade de destruir a antiga ordem burguesa. Negar, afirmar, negar e afirmar, dizer, desdizer, confundir, será esta a nova grande conquista do pensamento social cristão — a nova e revolucionária dialética? No fundo, o que vemos, portanto, é a negação de todo o caráter concreto da luta de classes, substituindo-o por afirmações genéricas e vazias.

C. O Socialismo.

Eis, agora, a esquerda cristã diante do fato inquestionável do socialismo. Em vez de explicá-lo e aprofundar sua compreensão, mais uma vez vemos o preconceito substituir a razão e a pesquisa histórica. Apesar de dar ao socialismo um caráter positivo, pois "cria condições econômicas e sociais, que rompem inúmeras relações de dominação, aumentando as possibilidades de comunicação das consciências (sic) e de domínio da natureza", este reconhecimento do seu caráter positivo é prejudicado por dois erros básicos de concepção da esquerda cristã: a) o socialismo é entendido, de um ponto de vista idealista, como resultado e promotor da comunicação das consciências, como vimos acima,

categoria abstrata e vaga que leva a discussão para o plano metafísico; b) a posição apriorística de negação do marxismo obriga os teóricos sociais cristãos a procurar, por toda parte e de qualquer jeito, constantes erros e contradições do marxismo. Exemplo típico desta segunda atitude é a crítica ao marxismo apoiada no pluralismo das experiências históricas socialistas: "A importância do marxismo se apresenta assim sem discussão, tanto na teoria quanto na prática revolucionária, para a compreensão do socialismo como fenômeno histórico-mundial. Importância extrema, decisiva mesmo⁽⁴⁾ Mas não esgota (sic) a realidade histórica do movimento socialista mundial e muito menos o encerra

(4) A ênfase com que os teóricos da esquerda cristã procuram "reconhecer" a importância do marxismo chega a ser ridícula. Nada há de avançado hoje em reconhecer a importância do marxismo, só os loucos não a reconhecem, o que é preciso é desenvolvê-lo e aplicá-lo às condições reais da nossa sociedade.

em *quadros apriorísticos* (sic) de pensamento e ação." Apriorístico, para eles, é o método dialético que tem como condição básica e ponto de partida o real e que a ele constantemente retoma e se submete! Mas o que não é apriorístico para nossos teóricos são afirmações tais como a de que a noção de consciência reflexo, que atribuem arbitrariamente ao marxismo, aliena o homem no plano da "possibilidade de uma livre opção do homem diante do seu destino *final*". Mas que quer dizer isto? Que livre opção é esta? Trata-se da crença na sobrevivência da alma. Para eles, o marxismo aliena o homem ao demonstrar o caráter humano da religião, ao mostrar, pela crítica intelectual e pela prática do autocontrole e da liberdade social conquistadas pelo planejamento, que a religião é a maneira pela qual o homem se aliena ao estranho em vez de racionalizar e explicar o historicamente desconhecido; aliena o homem ao mostrar que o seu avanço vai derubando os mitos anteriores, como o da sobrevivência da alma, para construir, com sua própria consciência e ação, com o trabalho, o seu próprio mundo! Isto é apriorismo, isto é submeter o homem a preconceitos idealistas? E esta mitologia religiosa, que obriga nossos intelectuais cristãos a renegar sem estudar o marxismo, a negar, sem demonstrar de maneira racional porque, as explicações do real, isto é materialismo, isto é realismo? O que querem é colocar novamente a dialética de pés para cima, mas podem estar certos que nós a manteremos de pé no chão.

E como se tornam prosaicos os argumentos "filosóficos" e "metodológicos" dos teóricos cristãos quando se descobrem seus fundamentos ideológicos. Quando se vê que se trata de "salvar" a religião no mundo socialista, de dar um conteúdo cristão

ao socialismo. Isto é, de retirar o socialismo do caminho da racionalidade e da objetividade para ligá-lo aos preconceitos e aos interesses de um mundo superado ao qual os teóricos pequeno-burgueses continuam sentimentalmente ligados. O medo de romper definitivamente com os mitos de sua infância e de sua formação religiosa levam-nos a negar a realidade objetiva, a escamotear os problemas, a falsificá-los. E por trás dessa crítica frágil ao marxismo está, sobretudo uma reivindicação política: "Os exemplos desses desenvolvimentos (Revolução Russa, Repúblicas Populares, China e Cuba) mostram a complexidade do mundo socialista em gestação, que não se confunde com o bloco político-militar soviético e que poderá comportar experiências as mais diversas e com orientações ideológicas distintas (isto é, cristãs - nota do autor)." (p. 10). A grande questão é garantir a participação dos católicos no poder. Pode haver pensamento autêntico com tal atitude defensiva, na qual se submete a análise da realidade e das teorias a um a-priori político imediatista?

É por isto que toda esta aventura intelectual termina pela idéia de que a posição política é uma opção da juventude cristã socialista. Opção esta que se concilia com a perspectiva da moral social. Tal agnosticismo disfarçado, aliado ao anarquismo também disfarçado, ao idealismo no plano filosófico, à incorreção da crítica histórica e teórica do socialismo, enfim, às escamoteações motivadas por preconceitos religiosos, tudo isto torna o pensamento da esquerda cristã um cipóal que se reflete nas suas atitudes políticas, na diversidade ideológica de seus membros, unidos, de fato, por um único fio, a sobrevivência da igreja através da adesão ao socialismo.

D. O empirismo político.

Apesar de todos os avanços que este Documento-Base demonstra, no campo da análise da realidade política brasileira, vamos demonstrar que a AP não consegue ligar à prática política as idéias mais avançadas que defende entre erros e acertos. Podemos ressaltar como pontos positivos a crítica ao nacionalismo e à aliança com a burguesia, a defesa do conteúdo de classe proletário na direção revolucionária, a defesa de uma ampla frente de esquerdas, "sem sectarismos e discriminações". Mas... sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. As confusões teóricas da AP além de suas concessões ao mitológico e ao irracional não lhe poderiam permitir uma prática revolucionária, nem a elaboração de uma tática conseqüente de preparação política do proletariado e de quadros revolucionários. Pelo contrário, vemo-la cair no oportunismo sem qualquer perspectiva. Vejamos, no trecho abaixo transcrito, essa realidade: "Conscientes de que nesse trabalho será necessário utilizar os mais variados instrumentos e que será possível explorar as contradições do poder atual, propomos a uma conquista de *instrumentos* que possam gradualmente ser usados como força de pressão radicalizadora. Não somente colocamos essa necessidade como *tarefa de nossa militância* em instrumentos do poder a que sejam chamados, mas devemos fundá-la no *diálogo* permanente com outros setores *anti-imperialistas e revolucionários* e na *radicalização das próprias contradições do poder atual*. (p.15). Eis ao que chegam nossos "revolucionários"! A um mero diálogo com as forças anti-imperialistas e revolucionárias, mas a

uma consistente conquista de poder no regime burguês. Radicalizar de dentro... Mas, afinal, tanta conversa de revolução para propor-se o que os reformistas vêm fazendo há tanto tempo... Tanto radicalismo para não perder o hipnotismo do Estado burguês. Quem nega as teses marxistas da ditadura do proletariado e da necessidade de destruição do Estado burguês não pode ser revolucionário, tem que terminar propondo táticas de luta que nada mais fazem senão reforçar o Estado burguês-latifundiário que aí está. Esta é para nós uma demonstração clara de que movimentos como este não podem superar as indecisões e vacilações da pequena burguesia radical, de que não podem levar a nenhuma conseqüência revolucionária. Nada mais chocante do que esta contradição entre as afirmações revolucionárias (afirmações, e não teorias) e o programa reformista e oportunista de ação. Depois de um palavreado que nos faria pensar em Fidel Castro o que vemos... Paulo de Tarso! Em vez de conquistar os órgãos de poder popular, conquista-se o Ministério da Educação, dando-se cobertura ao governo João Goulart.

Em conclusão, podemos tomar como nosso papel, diante da esquerda cristã, de um lado, denunciar suas confusões e erros teóricos, assim como seu oportunismo e empirismo político, mas, de outro, marchar com eles em torno de reivindicações e ações concretas onde for possível a unidade, estimulando-os nos seus avanços e criticando-os nos seus recuos.

Alemanha entre dois sistemas

"Berlim entre duas
Alemanhas" Edouard
Bailby — Editora Lei-
tura, B, 1962.

"Chegamos a um acordo sobre a política e os planos comuns a serem adotados para assegurar a execução dos termos da capitulação incondicional que imporemos a Alemanha nazista, depois da resistência armada houver sido definitivamente esmagada..." Assim a União Soviética, a Inglaterra, os Estados Unidos e a França expressavam no acordo de lalta, os termos iniciais da capitulação alemã na última guerra. Podemos dizer que, a partir daí, iniciou-se o longo processo de desentendimentos entre o ocidente e o oriente, relativo aos destinos futuros da Alemanha, que culminariam em maio de 1949 com a criação da República Federal da Alemanha, e, em outubro do mesmo ano, conseqüentemente, com o surgimento da República Democrática Alemã.

Posteriormente, em agosto de 1945, os aliados estabeleceram, sobre os Acordos de Postdam, uma série de princípios políticos, econômicos e administrativos. À luz dos acordos unanimemente aceitos pelas quatro potências que mantêm zonas de ocupação na Alemanha, o autor, jornalista que já visitou duas vezes o território alemão depois da guerra, analisa os fenômenos fundamentais que vêm sintetizando na Alemanha o ponto ne-

vrálgico de antagonismos na guerra fria.

Em suas linhas gerais, o autor analisa o processo de chegada da Democracia Cristã ao poder, na RFA, concomitantemente à perda de bases populares, cada vez maior, da Social Democracia. O "milagre da Democracia Cristã" é visto sob o fator da infiltração nazista provada longamente durante o livro, e a ação do ressurgimento de centenas de organizações de caráter revanchista, fomentadas pelos próprios elementos nazistas, ocupadores de altos cargos na administração Adenauer. Entre eles ressaltam-se Franz Josef Strauss, Ministro de Defesa; o Ministro de Transportes, Seebohm ("que até hoje considera válido o Acordo de Munique!" — pág. 41); o Ministro dos Refugiados e do Trabalho na Baviera, Stein ("líder da Juventude de Hitler"— pág. 42). Todos eles, além de ocuparem altos postos no governo da RFA, estão estreitamente ligados a atividade políticas de organizações revisionistas, que promovem com seu comparecimento, amplas concentrações com reivindicações revanchistas.

Como argumento definitivo a respeito dessas denúncias, o A. cita dados extraordinários sobre o re-

armamento da Bundeswehr, sob a orientação de Strauss. Após uma visão geral sobre a forma radicalmente oposta em que se dá o desenvolvimento da RDA, e sobre o problema do Tratado de Paz de Berlim, Eduardo Bailby aponta as violações flagrantes aos acordos de Ialta e Postdam que a ação dos aliados ocidentais, conluídos com o governo Adenauer, vem cometendo. Inicialmente, o A. discorre sobre o não reconhecimento, pela Alemanha Federal, e por seus ocupantes, exclusive a França, da linha Oder-Neisse, que restituiu à Polônia territórios ocupados pelo Terceiro Reich, e que é item constante do acordo de Postdam.

A seguir, o A. limita-se a citar itens deste Acordo, totalmente inválidos para a Alemanha Federal; "abolição de todas as organizações de caráter militar, no país"; "dissolver todas as instituições nazistas"; e "proibir toda atividade ou propaganda nazista ou militarista"; os membros do partido nazista que tenham participado de suas atividades serão afastados das funções públicas e dos postos de responsabilidade nas empresas privadas importantes: "a educação alemã será controlada a fim de eliminar completamente as doutrinas militaristas e nazistas". E seguem-se os itens que hoje constituem-se em mera fantasia para os governantes da RFA, que já mantêm o

maior Exército da Europa ocidental, sob o pretexto de "necessidade de defender-se do mundo comunista".

Enfim, alguns dos mesmos argumentos de Hitler servem hoje de pretexto para que a Alemanha Ocidental possa ver renascer os formidáveis trastes que, mais e mais, levarão os seus dirigentes políticos e militares no caminho da provocação e da hostilidade para com aquele que o governo de Adenauer não reconhece como República Democrática Alemã, mas apenas como "zona de ocupação soviética". Leva assim., a Alemanha, no caminho radicalmente contrário ao de reunificação, usando dos únicos métodos que lhes restam: a propaganda e o militarismo.

O livro só se vê impossibilitado de fazer uma análise mais profunda do problema porque não chega a discutir as próprias raízes sociais sobre as quais se erguem os dois sistemas. O autor limita-se a analisar e esclarecer a orientação política das duas Alemanhas. Mas é desse ângulo, uma denúncia firme e clara do método revanchista que se desenvolve na Alemanha capitalista. Por estudar friamente aquilo que é quotidianamente deturpado pela imprensa burguesa, "Berlim entre duas Alemanhas" merece ampla divulgação.

EMIR S. SADER

POLÍTICA OPERÁRIA

N.º 7 - outubro, 1963 - Ano III

Diretor Responsável:

Luís Alberto Dias Lima

Correspondência:

Caixa Postal 18.185 - São Paulo

Av. Treze de Maio, 23 - Sala 922

Rio de Janeiro

Av. Afonso Pena, 323 - Sala 7

Belo Horizonte

SUMÁRIO

Brasil: Reação ou Revolução	1
Política Operária e Sargentos	2
Quem Paga pela Crise?.....	3
Uma Política Operária para o Brasil.....	4
<i>Mauro Marini</i>	
O Sindicato na Vida Política do País.....	11
<i>Eder S. Sader</i>	
Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.....	15
<i>Eurico Mendes</i>	
Problemas dos Trabalhadores ao Campo	19
<i>Arnaldo Mourthé</i>	
DEPOIMENTOS: Sobre as Divergências Sino-soviética,..	25
Declaração Política.....	27
Carta aberta ao PCB	30
Por uma Frente da Esquerda Revolucionária..	36
Sobre a Liberdade Sindical.....	40
Sobre o Estado de Sítio	42
Política Operária e as Divergências Sino-Soviéticas ..	43
<i>Eurico Mendes</i>	
O Internacionalismo Proletário e a Revolução Latino-Americana ..	53
<i>Moniz Bandeira</i>	
A Luta Ideológica no Brasil	56
<i>Theotônio Jr.</i>	
LIVROS : Alemanha entre dois sistemas	63
<i>Emir S. Sader</i>	

Cr\$ 100,00